



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO EXECUTIVO – FEAACS
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA - DTE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FÁBIA MARIA LIMA DE ASEVEDO

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: FOCO NO EMPREENDEDORISMO COLETIVO E
FOMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

FORTALEZA

2017

FÁBIA MARIA LIMA DE ASEVEDO

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: FOCO NO EMPREENDEDORISMO COLETIVO E
FOMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Jair do Amaral Filho

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A847a Asevedo, Fábila Maria Lima de.
Arranjo produtivo local : foco no empreendedorismo coletivo e fomentação das políticas públicas / Fábila Maria Lima de Asevedo. – 2017.
61 f. : il.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Jair do Amaral Filho.
1. Micro e pequenas empresas. 2. Aglomerações de empresas. 3. Empreendedorismo coletivo. 4. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 330

FÁBIA MARIA LIMA DE ASEVEDO

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: FOCO NO EMPREENDEDORISMO COLETIVO E
FOMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Napiê Galve Araujo Silva
Universidade Federal Rural do Semi - Árido (UFERSA)

Prof. Francisco Laercio Pereira Braga
Universidade Estadual (UECE)

AGRADECIMENTOS

Primeiro à Deus, que me deu a sabedoria necessária para realizar esse sonho.

A minha mãe, Maria de Fátima Lima de Asevedo, que é meu porto seguro e que muito me incentivou.

Ao professor Jair do Amaral Filho, que muito agradeço por ter aceitado ser o orientador da minha monografia e por ter acreditado em mim, para elaboração deste trabalho.

Ao professor Napiê Galvê de Araújo Lima que muito me ajudou nessa caminhada rumo à minha tão sonhada formatura.

Aos meus amigos que muito me incentivaram.

E meu muito obrigado também ao professor Francisco Laércio Pereira Braga.

”A mente que se abre a uma nova idéia
jamais voltará ao seu tamanho original.”
(Albert Einstein)

RESUMO

O presente trabalho pretende fazer uma análise para proporcionar maior clareza sobre o Arranjo Produtivo Local (APL) e apontar sua importância, características, origens, vantagens e os fatores que levaram ao seu desenvolvimento. Esse novo modelo de produção – APL – é uma forma de agregação de micro e pequenas empresas, com condições primárias de interação entre seus agentes. Assim, o objetivo principal deste trabalho é o de apresentar a importância do empreendedorismo coletivo e das políticas públicas no desenvolvimento do arranjo produtivo local, fatores esses alegados por vários autores como fundamentais para o desenvolvimento das empresas reunidas em aglomerações. Busca-se, ainda, nesta análise, confirmar a veracidade dessa afirmação. Dentre as indagações a que se pretende responder nesta pesquisa estão: Quais acontecimentos surgiram para dar ênfase ao novo modo de produção flexível? Como os benefícios do empreendedorismo coletivo podem solucionar diversos problemas e alavancar diversos fatores no arranjo? Como as políticas públicas podem ser fundamentais à sobrevivência das aglomerações de empresas? A partir desses pressupostos, foram analisadas as pesquisas e obras de diversos autores. Entre elas, livros, artigos, monografias, revistas, oportunizando, desse modo, a possibilidade de uma comparação entre os autores. Durante a pesquisa, identificou-se que vários autores concordam que o empreendedorismo coletivo, junto com as políticas públicas, é um meio eficiente de se chegar verdadeiramente ao desenvolvimento do arranjo e, conseqüentemente, do território em que está inserido.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas; Aglomerações de empresas; Empreendedorismo coletivo; Políticas públicas.

ABSTRACT

The present work intends to make an analysis to provide more clarity on the Local Productive Arrangement (APL) and to point out its importance, characteristics, origins, advantages and the factors that led to its development. This new model of production – APL – is a kind of aggregation of micro and small companies, with primary conditions of interaction among its agents. Thus, the main objective of this work is to present the importance of collective entrepreneurship and public policies in the development of the local productive arrangement, factors that are claimed by several authors as fundamental for the development of companies in agglomerations. This analysis also seeks to confirm the truth of this statement. Among the questions asked in this research are: What events have arisen to emphasize the new flexible production mode? How can the benefits of collective entrepreneurship solve various problems and leverage several factors in the arrangement? How can public policies be fundamental to the survival of agglomerations? Based on these assumptions, the researches and works of several authors were analyzed. Among them, books, articles, monographs, magazines, thus providing the possibility of a comparison between authors. During the research, it was identified that several authors agree that collective entrepreneurship, together with public policies, is an efficient way of truly reaching the development of the arrangement and, consequently, of the territory in which it is inserted.

Keywords: Micro and small companies; Business agglomerations; Collective entrepreneurship; Public policies.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Os quatro elementos que fazem parte do sistema produtivo local.....	31
QUADRO 2 – Benefícios do empreendedorismo coletivo.....	38
QUADRO 3 – Principais obstáculos do empreendedorismo coletivo.....	39
QUADRO 4 – Principais elementos do arranjo produtivo local-APL.....	40
QUADRO 5 – Revelação da inovação ao nível de empresa.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
P & D	Pesquisa e Desenvolvimento
SPL	Sistema Produtivo Local
T I C	Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

RESUMO	16
ABSTRACT	17
1 INTRODUÇÃO	10
2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL, DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E A TRANSFORMAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO	13
2.1 Introdução	13
2.2 As grandes transformações estruturais no ambiente econômico	14
2.3 Desenvolvimento Endógeno	19
<i>2.3.1 Distrito Industrial</i>	21
<i>2.3.2 Clusters</i>	23
<i>2.3.3 Milieu innovateur</i>	25
2.4 Conclusão	27
3 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL, COOPERAÇÃO E EMPREENDEDORISMO COLETIVO	28
3.1 Introdução	28
3.2 Agrupamentos de micro, pequenas e médias empresas – MPME	29
3.3 Empreendedorismo e empreendedorismo coletivo	34
3.4 Conclusão	41
4 CONHECIMENTO , INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO APL	42
4.1 Introdução	42
4.2 Articulação Institucional na geração de conhecimento	42
4.3 Políticas públicas para os arranjos produtivos locais	48
4.4 Conclusão	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

Várias mudanças estruturantes que ocorreram principalmente na década de 1990, tais como o método de descentralização político-administrativa, a reestruturação do mercado, a megametropolização, a globalização e abertura econômica e a tecnologia da informação e telecomunicações, promoveram um novo modo de produção flexível. Nesse novo ambiente, surgiu o reconhecimento das micro e pequenas empresas, as quais passaram por grandes transformações, principalmente na sua unificação, formando as aglomerações, para poderem melhor interagir, cooperar e competir.

De acordo com Amorim (1998, p.13):

Encarar pequenas empresas como sendo, de fato, fonte de dinamismo econômico introduz novas e mais consequentes perspectivas para esse segmento. Elas podem de fato constituir importantes estratégias de desenvolvimento econômico. Estratégia que reflete, entre outros fatores, o fato de que áreas economicamente desfavoráveis, contam com poucas chances de se desenvolver se ficarem na dependência de grandes empresas.

No Brasil, essas aglomerações receberam a denominação de arranjo produtivo local (APL). O foco desses arranjos é a cooperação entre as empresas, na busca de ganhos coletivos, beneficiando-se conjuntamente dos resultados obtidos e criando diversos ganhos de competitividade e sustentabilidade, gerando emprego, renda, desenvolvimento do produto e do território etc., tudo isso consequência dessa cooperação e interação que acontece entre todos os atores envolvidos nesse ambiente.

Esses arranjos seguem em estágios bem diferentes: enquanto uns estão bem desenvolvidos, outros estão estagnados ou em declínio. Contudo, aplicando-se as devidas ações empreendedoras e de políticas, nada impede que esses que estão em fase crítica possam deslanchar.

Esta pesquisa trata-se de uma análise teórica e empírica do conceito de arranjo produtivo local, como fator determinante para desenvolver o território e melhorar o grau de diferença em termos econômicos e sociais entre eles. Entende-se que esse modo de produção está constituído de aglomerações de empresas territoriais, formadas pela interação e cooperação entre as empresas, os prestadores de serviços, clientes, governos, instituições, entre outros grupos que se mostram

interdependentes. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar a importância do empreendedorismo coletivo e das políticas públicas no desenvolvimento do arranjo produtivo local.

Diante da dificuldade das micro e pequenas empresas em conseguirem sozinhas concorrer com as grandes empresas ou sobreviverem por um longo período, levantaram-se as seguintes questões a serem analisadas no decorrer desta pesquisa: quais acontecimentos surgiram para dar ênfase ao novo modo de produção flexível, composto pelas aglomerações formadas por micro e pequenas empresas; como os benefícios do empreendedorismo coletivo, podem solucionar diversos problemas e alavancar diversos fatores no arranjo produtivo local; e como as políticas públicas direcionadas ao arranjo em suas particularidades podem ser fundamentais e indispensáveis a sua sobrevivência e crescimento.

Para tais questionamentos, a hipótese provável é que o empreendedorismo coletivo, em conjunto com as políticas públicas, pode realmente colaborar e desenvolver os arranjos produtivos locais e os ambientes onde eles se inserem, até mesmo aqueles que se encontram em declínio, proporcionando desenvolvimento econômico, social com responsabilidade ambiental.

Neste trabalho, aplicou-se uma pesquisa bibliográfica com artigos, revistas, livros e monografia, ressaltando os aspectos teóricos e de pesquisa de vários autores sobre os APLs e suas características, destacando os aspectos do empreendedorismo coletivo e das políticas públicas aplicadas no que se refere ao fortalecimento desse modo de produção em vários ambientes, compilando as principais análises e verificando as comparações entre elas.

A motivação para analisar o valor do desenvolvimento dos APLs nos territórios se deu a partir de um estudo em enfatizar a importância dessas aglomerações, influenciadas pelo empreendedorismo coletivo e pelas políticas públicas respectivamente, no desenvolvimento econômico e social em locais subdesenvolvidos, com baixos índices de trabalho e grande diferencial na distribuição de renda, isso influenciará no benefício das empresas, do local e das pessoas que nele habita. A intenção é mostrar que, com as ações políticas e empreendedoras aplicadas nas empresas de pequeno porte que formam o arranjo, conseguem alcançar grandes objetivos, por não estarem mais isoladas. A pesquisa

é importante, também, para mostrar a outros estudiosos do assunto e empreendedores o grande êxito desse modelo de produção bem como para incentivar outros estudos mais aprofundados, estimular a contribuição para a formação de novos arranjos e influenciar na recuperação de arranjos em declínio e obsoletos.

No primeiro capítulo, abordam-se os aspectos originais das aglomerações, apresentando as mudanças estruturais que estimularam o novo modo de produção, explicado através do desenvolvimento endógeno. Nesse contexto, a atuação do poder público e o pensamento de desenvolvimento se dirigem ao local. Com base nisso, apresentam-se três modelos: o distrito industrial, os *clusters* e o *milieu innovateur*, que serviram de exemplo para diversas outras aglomerações nos mais variados países.

No segundo capítulo, é apresentada a importância do agrupamento das pequenas e micro empresas, buscando-se explicar como isso estimula alguns fatores, como interação, cooperação e concorrência, fatores estes essenciais a formação do empreendedorismo coletivo, e assim, mostrando os benefícios e as dificuldades dessa forma de cooperação.

No terceiro capítulo, enfatiza-se a importância da inovação no desenvolvimento do arranjo e a grande relevância da criação de políticas direcionadas particularmente para cada aglomerado, para que eles possam ter êxito.

2 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL, DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E A TRANSFORMAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO

2.1 Introdução

O desenvolvimento endógeno tem mostrado grandes contribuições para as dificuldades encontradas no ambiente, pois foca o território e destaca a habilidade social e econômica do local. Uma de suas características refere-se à formação do arranjo e/ou sistema produtivo local. Um desses sistemas, bastante conhecido e explorado em diversos estudos, é o chamado distrito industrial.

Segundo Amaral Filho (2002), a importância dada à discussão sobre essas empresas de pequeno porte iniciou-se na década de 1990, quando ocorreram várias mudanças estruturais na economia, as quais ajudaram as empresas a competirem e a se sobressaírem no trato com as grandes empresas. Essas transformações não acabaram com as empresas maiores, mas tiraram delas uma grande fatia do mercado que, até então, elas dominavam quase que completamente. Com essas mudanças, as empresas de pequeno porte passaram a ser fundamentais para esse novo modo produtivo.

A importância de estudar esse assunto relacionado ao arranjo produtivo se dá ao fato de o APL proporcionar desenvolvimento local e elevar ao topo o que o território tem a oferecer de melhor, buscar o potencial desse território, fazendo com que as empresas envolvidas possam melhor competir, de uma maneira mais sustentável e socialmente mais integradora. Essa sutileza em explorar o potencial das empresas, procurando fazer com que elas produzam eficientemente, é uma das coisas que o arranjo de empresas proporciona.

Busca-se com a explanação destes conceitos, de vários autores importantes, demonstrar o grande valor desse assunto para as regiões menos desenvolvidas, mostrando seus pontos fundamentais, para que esses arranjos sejam orientados de uma maneira eficiente e, assim, possam sobreviver, crescer e desenvolver o ambiente em que estão inseridos, diminuindo as desigualdades regionais através de mais emprego, aumento do produto e melhor distribuição de renda. Esse modelo tem problemas a serem resolvidos, mas, se bem acompanhado,

ele trará bastantes benefícios, até mesmo quando não alcançar o seu melhor desempenho.

2.2 As grandes transformações estruturais no ambiente econômico

Conforme Amaral Filho (2002) nos anos 1980 e especialmente na década de 1990, houve várias mudanças, transformações que afetaram o modo de produção, o que aumentou a procura por pequenas e médias empresas, e isso ocasionou uma nova constituição da economia devido ao aumento da concorrência, por consequência dessa reorganização. A explanação abaixo, de Galvão (2000, p. 5), retrata muito bem isso.

Os últimos 20 anos testemunharam uma profunda reestruturação da economia e do papel dos governos, das firmas, das regiões e dos indivíduos. Diversos estudos têm mostrado, de modo especial, que a globalização e a introdução de novos paradigmas tecnológicos estão trazendo profundos impactos territoriais. Ao invés da concentração industrial em alguns locais (fase fordista do sistema de produção verticalizada), uma grande e crescente parcela da produção fabril e de serviços vem se instalando em vários locais e em grande número de firmas, muitas das quais de portes menores, que produzem bens e serviços diferenciados para serem vendidos em múltiplos mercados – locais, regionais e internacionais. Dentro desses novos contextos, duas ideias têm aparecido com muita força na literatura teórica e empírica recente: a de firmas flexíveis e inovativas – requisitos necessários para a sobrevivência em um mundo cada vez mais competitivo e exigente em termos de qualidade e variedade dos produtos e de constantes inovações tecnológicas – e o de regiões ágeis e também inovativas – definidas como espaços territoriais em que prevalece um ambiente favorável à atração de investimentos e ao desenvolvimento dos negócios.

Explicando a citação de Galvão (2000), vários serviços e produtos estão sendo realizados por pequenas empresas flexíveis e inovativas para sobreviverem, devido à busca, por parte das grandes empresas, de uma maneira de diminuir os seus custos na produção; a globalização e a tecnologia ocasionaram uma maior competitividade e com isso, grande melhoria na qualidade dos produtos, dando ênfase a essas empresas de pequeno porte e a seus territórios, já que elas surgem nos mais variados locais.

Para Amaral Filho (2002), principalmente na década de 1990 essas grandes transformações estruturais que aconteceram, fizeram estremecer a afirmação que somente as grandes empresas alcançavam economias externas de grande escala. Evidenciam-se, nesse sentido, cinco transformações: (1) crise do planejamento e das interferências regionais centralizadoras; (2) reorganização do

mercado; (3) megametropolização, acompanhada do surgimento de megaproblemas urbanos; (4) globalização e abertura econômica; e (5) tecnologia da informação e telecomunicações.

A explicação desses respectivos elementos, posta abaixo, ajuda a entender melhor como essas mudanças afetaram a expansão das micro e pequenas empresas, e como esse processo as influenciou no mercado e contribuiu para que elas possam concorrer com as grandes empresas.

O primeiro elemento, conforme Amaral Filho (2002) refere-se à crise do planejamento e das interferências regionais centralizadas. Este elemento é examinado desde o início dos anos 1980. O método de descentralização político-administrativa que causou nos atores, dados como regionais, nas decisões e investimentos, uma descentralização do seu poder. Nesse acontecimento, os atores, mais perto do ambiente onde se encontram as empresas, passaram a ter poder de decisão. Foi criada, por esse método, uma maior importância do território e, com isso, os pequenos produtores locais passaram a ser mais valorizados, com a finalidade de motivar o desenvolvimento local.

Essa maior valorização foi proporcionada pelo poder dado ao local sobre as decisões, focando e analisando melhor com isso os problemas direcionados às empresas localizadas nesses ambientes. Deu também poder de voz às pessoas focadas diretamente no arranjo e que, portanto, veem o problema constantemente. A análise e estudo desse local e dessas empresas facilitam e melhoram a resolução dos obstáculos, devido ao direcionamento das soluções dadas. A descentralização é, decerto, muito importante para uma melhor análise das empresas e do ambiente.

O segundo elemento, de acordo com Amaral Filho (2002), refere-se à reestruturação do mercado. No que se atribui a esse elemento, não é totalmente verdade afirmar que, depois da crise do regime fordista¹, a lei da oferta influenciou o mercado. Para acontecer essa modificação no mercado, ocasionada por essa lei, primeiro tem que ocorrer mudança no mercado através da lei da demanda efetiva²,

¹ O fordismo se baseia na produção em massa de produtos homogêneos, utilizando a tecnologia rígida da linha de montagem, com máquinas especializadas e rotinas de trabalho padronizadas (tayloristas). Consegue-se uma maior produtividade através das economias de escala, assim como da desqualificação, intensificação e homogeneização do trabalho.

² Demanda efetiva, em sentido amplo, é a parte da demanda agregada que de fato se realiza na aquisição de bens e serviços, e não a procura potencial por esses bens e serviços. Em outros

examinada em diversos momentos, como na segmentação, no enfraquecimento motivado pela diminuição relativa da renda, e especialmente na instabilidade. Nos anos 1980 e 1990, a instabilidade da demanda efetiva é o resumo dessa transformação.

Para Amaral Filho (2002), ao lado da oferta, aconteceram reações e adequações devidas a essa modificação, cujas fontes foram a descentralização e a divisão da produção. A oferta passou a ser conduzida pela diminuição de custos fixos e pela flexibilidade nas decisões, nas ações e nas maneiras de fabricar. Como resultado, essas mudanças beneficiaram as pequenas e médias empresas, não necessariamente as já estabelecidas e essa descentralização da grande produção ocasionou uma divisão no modo de produção, tendo como consequência uma subcontratação das pequenas empresas pelas grandes empresas.

Uma mudança importante, que ocasionou a expansão das micro e pequenas empresas, deveu-se ao fato da procura dos seus serviços, também pelas empresas de maior porte, como meio de diminuir seus custos. As transformações que aconteceram devido à mudança do modo de produção e de administração afetaram, também, o aumento das pequenas empresas.

O terceiro elemento, de acordo com Amaral Filho (2002), refere-se à megametropolização. Este elemento é relativamente equilibrado nos países desenvolvidos. Contudo, ainda se encontra desregulado nos países em desenvolvimento. Isso tem causado uma diminuição do entusiasmo pela localização metropolitana em diversos segmentos econômicos. Crises financeiras têm acontecido nas administrações dos municípios devidas à precisão do aumento da oferta de serviços e equipamentos públicos. Os investimentos passam a procurar outros locais. Isso ocasiona mudanças transformadoras para o novo ambiente, como iniciativas de desenvolvimento local e de empreendedorismo.

Segundo Barquero (2004), o meio de desenvolvimento urbano que ocorre dependerá dos modos de produção. No modelo de produção fordista, quando se aumenta a produção, simultaneamente aumenta-se a demanda por mão de obra e, conseqüentemente, aumenta-se a procura de serviços públicos e a concentração

termos, considerando uma economia de mercado, é a demanda de bens e serviços para a qual existe capacidade de pagamento.

urbana, ocasionando problemas urbanos, devido à grande procura de serviços. No modo de produção flexível³, muda-se a localização das empresas, passa-se a ter vários centros de direção e atendimento no sistema urbano.

Essa mudança de investimentos elimina a centralização, de só ocorrerem transformações empreendedoras nas áreas metropolitanas. Transferindo esses acontecimentos para esses novos territórios, tenta-se proporcionar um maior equilíbrio para a distribuição de renda e emprego. Essa é uma maneira de tentar equilibrar o desenvolvimento nas regiões, pois, enquanto, uma é totalmente desenvolvida, a outra ainda vive de maneira muito longe disso, embora não resolva completamente os problemas das desigualdades nem consiga igualar os territórios nesses termos. Contudo, melhora e muito as condições das pessoas e do local do ambiente receptor.

O quarto elemento, conforme Amaral Filho (2002) refere-se à globalização e abertura econômica. Observou-se, muito fortemente, nos anos 1990, que esse elemento facilitou o aumento da competitividade, impostos às empresas e territórios. Muitas das empresas, na procura contínua pela competitividade, não se fixaram em determinados territórios. Dessa forma, tais territórios passaram a concorrer pelos investimentos, que se muda para outros locais, acentuados principalmente em mão de obra. Mostra-se como consequência desse método a valorização da referência território e de seus referentes atores, através da busca de novos ambientes, para aumentar a competitividade.

De acordo com Vergara e Baer (2004, p. 144):

Quando a globalização interage com espaços nacionais previamente descentralizados, assume formas e dinâmicas mais favoráveis para estas comunidades, que quando isso ocorre em espaços concentrados e centralizados, tendo havido consideração de condições básicas similares preexistentes. Isso se explicaria no fato de que as sociedades descentralizadas possuem fortalezas organizacionais e culturais de

³ A produção flexível tem como objetivo alcançar os anseios de seus consumidores. O desenvolvimento desse tipo de produção conduziu a uma diminuição nos estoques de matéria-prima e de outros suprimentos usados nas indústrias. A produção flexível substituiu a produção fordista. Nesse sistema, as inovações em caráter tecnológico são de fundamental importância para o surgimento de um novo modelo de produção, denominado de indústria de ponta, agora vinculado à tecnologia, trabalho qualificado especialmente na microinformática e na introdução de grande quantidade de informação. Nessa perspectiva, a tendência é de um mercado cada vez mais competitivo que requer uma produção com baixo custo e dosada, firmada com elevada qualidade.

cooperação muito mais funcionais a sua inserção ao processo de globalização.

Então, os territórios onde as decisões político-administrativas são tomadas por atores locais são mais propícios a absorverem as mudanças geradas pela globalização, pois suas funções organizacionais, culturais e de cooperação são bem melhores de se incluir nesse ambiente e, também, nessa disputa entre os territórios. Observa-se uma melhor distribuição de vários benefícios para os participantes, tais como o investimento, que pode ser aplicado em várias áreas, desde compras de máquinas até capacitação de mão de obra, e isto representará uma maneira de eles se desenvolverem, as quais antes não possuíam.

O quinto elemento, conforme Amaral Filho (2002) refere-se à tecnologia da informação e telecomunicação. Este elemento foi muito utilizado, na década de 1990, por indivíduos, empresas e governos, no seu cotidiano. A denominada distância espacial passou a ser não tão importante, devido à construção de redes de transferência de dados, imagens e informações. Dessa forma, aparece uma nova concepção, a da proximidade organizacional, possibilitada pela colocação do indivíduo, da empresa, ou da região nas redes de comunicação. Isso tem permitido a descentralização espacial da efetivação de determinadas atividades, assim como a das atividades empresariais. Isso quer dizer que alguns profissionais não precisam, para exercerem suas funções, estar de corpo presente nas matrizes das empresas ou do requerente pelo serviço.

Portanto, pode-se dizer que a valorização do território é unânime nas mudanças estruturais que aconteceram e que, diante disso, houve um afastamento do velho padrão de produção para um modo de produção flexível. Com isso, os territórios menos desenvolvidos saem ganhando bastante, principalmente devido à descentralização político-administrativa. Novas oportunidades para os territórios que não tinham ainda visto a industrialização e que poderiam, então, pelo menos tentar competir. Apesar de as grandes empresas continuarem atuando como âncoras, por exemplo, e as regiões desenvolvidas ainda atraírem pessoas e investimentos, esse método de produção flexível continua sendo uma grande estratégia de desenvolvimento econômico até hoje, além de ser um modo adaptado a cada território, ou seja, cheio de particularidades em cada ambiente em que se encontram, tornando-se único e interessante.

2.3 Desenvolvimento Endógeno

As mudanças estruturais, nos modos de organizações e instituições em nível de transformação da tecnologia, são explicadas através da teoria do desenvolvimento endógeno. O novo modelo organizacional contribui em muito para o desenvolvimento local por meio de suas características, que são aplicadas para o seu funcionamento tal como: propagação de inovação, vigor institucional, dentre outros.

Esse tópico começa conceituando o desenvolvimento endógeno na visão de vários autores. Focalizando suas principais características.

De acordo com Sousa Filho (2001, p. 1),

A teoria do desenvolvimento endógeno, que focaliza, com toda a atenção, a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento da base para o topo emergiram com maior notoriedade. Desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques ao problema do crescimento desequilibrado.

Sousa Filho (2001) ressalta ainda que, neste modelo, elementos essenciais como o capital humano, o capital social, conhecimento, informação, pesquisa, desenvolvimento etc., são fatores endógenos, e não exógenos, como se entendia. A probabilidade de chegar a um desenvolvimento equilibrado e mais rapidamente acontecerá quando a região possuir esses fatores ou tiver a probabilidade de criá-los dentro dela.

Diante dessa visão de Sousa Filho (2001), explica-se, através da dotação desses fatores pelo território, o meio de se medir a diferença dos níveis de crescimento entre as várias regiões, ou seja, tentar achar na região os fatores determinantes para o seu desenvolvimento.

Segundo Barquero (2004, p. 208), a definição de desenvolvimento endógeno:

Faz referência a processos de acumulação de capital em localidades e territórios concretos. Trata-se de processos de desenvolvimento impulsionados pela capacidade de economia e investimento interno das empresas e da sociedade local, e, eventualmente, apoiados por fora pelos investimentos externos públicos e privados. Em todo caso, apoia-se no esforço local para melhorar a posição competitiva das empresas e, daí, cidades, regiões e países.

De acordo, ainda, com Barquero (2004), quando se concentra no nível local, são vários os fatores analisados nesse território para se associarem os métodos de crescimento econômico, tal como: sua cultura, infraestrutura, modo de produção, mercado de trabalho, conhecimento, sistema social e político, dentre outros.

Segundo Braga (1999, p. 2), as proposições de desenvolvimento endógeno se originam no seguinte contexto:

O local ganha lugar privilegiado, para o qual converge tanto a atuação do poder público quanto a ideia mesma de desenvolvimento. Em um mundo globalizado, a permeabilidade local às mudanças mundiais para garantir integração e competitividade passa a ser o foco central da agenda local e essa é a nova conotação que adquire a palavra desenvolvimento. O local, por sua vez, tende a ser definido, cada vez mais, a partir das conveniências do mercado. É nesse contexto específico que nascem as propostas de desenvolvimento local/endógeno.

Conforme, ainda, Braga (1999), a lógica das propostas de desenvolvimento local pode alterar a natureza das políticas delas oriundas. Se a lógica prevalecente é de solidariedade ou se é individualista, concorrencial e de mercado. Na primeira, sua capacidade de cidadania e igualdade é conservada; já na segunda, podem acontecer meios de busca por interesses dominantes, descentralização em fragmentação e de não ser estabelecida como um dos atributos do desenvolvimento a inclusão social.

Braga (1999) enuncia, então, que com o aproveitamento dos potenciais, que fazem parte da característica da região – econômico, humano, natural e cultural –, o desenvolvimento local/endógeno argumenta sobre as viabilidades de desenvolvimento. Segundo ele, o território tem que estar propício às mudanças do mercado e principalmente tem que estar facilmente adaptado às transformações, como a globalização, para que possa ter mais poder de integração e competitividade.

Esse novo modelo econômico valoriza o território, a sua cultura o seu potencial, fatores importantes que impulsionam para um desenvolvimento real e duradouro e tem aumentado a responsabilidade dos atores locais no que diz respeito ao objetivo da economia local.

Conforme os autores acima, Sousa Filho, Barqueiro e Braga, é explicado neste tópico que o “local” é evidenciado como determinante dentro da teoria do

desenvolvimento endógeno, a região é muito valorizada através desse pensamento. É um meio de desenvolvimento de baixo para cima, porque os atores públicos ou privados têm o poder de decisão nos métodos econômicos, nos investimentos etc., decisões essas essenciais.

Mesmo que ocorra esse tipo de desenvolvimento, podem acontecer as desigualdades regionais, que é explicado através da visão dos autores. Sousa Filho esclarece esse acontecimento através da colaboração da teoria endogenista, ou seja, as regiões que tenham ou possuam tendências a desenvolverem os fatores endógenos internamente estão mais propícias ao desenvolvimento equilibrado, referente a outras que não possuam a mesma facilidade. Eis porque acontecem as desigualdades. Braga afirma que, nem sempre, nas propostas de desenvolvimento endógeno, a política local parte da solidariedade e inclusão social, podendo vir de uma lógica individualista e exclusória, ocasionando as desigualdades.

Dependerá das condições socioeconômicas e culturais, institucionais e políticas, existentes em cada região, a formação do desenvolvimento endógeno, e elas são diferentes em cada localidade. Dessa forma, apesar de o local dever manter-se inclinado às novas tendências, ele não tem que copiar modelos de outros lugares.

O arranjo produtivo local, que é o foco deste trabalho, é um modelo de desenvolvimento endógeno e, apesar dos problemas que apresenta, ainda assim é um modelo que traz desenvolvimento local, se acompanhado por instituições públicas e privadas e possuir o intuito de proporcionar melhorias para todo o território de um modo econômico e social.

Abaixo, serão explanadas três das principais estratégias de desenvolvimento endógeno que surgiram nos países desenvolvidos: o distrito industrial, o *milieu innovateur* e o *cluster*.

2.3.1 Distrito Industrial

O primeiro modelo que vamos apresentar é o distrito industrial, que teve um grande êxito e serviu de referência para muitos trabalhos e também de exemplo para vários países que apreciaram esse modelo de produção.

Keller (2008) destaca que, nas décadas de 1980 e 1990, surge, na literatura acadêmica e na discussão política, o entusiasmo internacional com os distritos industriais devido ao aparecimento de um novo método de produção (especialização flexível), que tinha nos “distritos industriais” da terceira Itália, na região da Emilia Romagna, exemplo de êxito tanto de pequenas quanto de médias empresas.

Sobre os Distritos industriais, posiciona-se Amaral Filho (2012, p. 55 e 56) enunciando que:

Dentre as várias estratégias de desenvolvimento local ou de consolidação de sistema produtivo local, os distritos industriais italianos são aqueles que mais se aproximam do tipo ideal marshaliano, isto é, uma aglomeração de pequenas empresas organizadas por uma divisão de trabalho baseada na combinação entre concorrência e cooperação, funcionando sobre uma intrincada relação em rede, impulsionada por inovações contínuas e especializada na produção de artigos de alta qualidade.

Segundo Keller (2008), as características do sistema produtivo dessas firmas aglomeradas, que se localizavam no nordeste e na parte central da Itália, comparadas ao modo de organização industrial fordista, eram empresas de pequeno porte e o convívio era complexo entre elas e a comunidade local. Dessa forma, alguns fatores foram responsáveis pelo desenvolvimento da região da Emilia Romagna: a cooperação entre as firmas, que contribuiu para o sucesso empresarial; o governo progressista local; e o capital social (coesão social).

De acordo com Costa (2012), revela-se atraente para os empreendimentos de pequeno tamanho, o convívio no distrito com outras empresas do mesmo campo produtivo e de áreas auxiliares, próximas umas das outras. Isso possibilita a essas empresas a obtenção de economias externas, já que, se elas agissem sozinhas e, também, se o território não realizasse função econômica significativa, não lograriam êxito. Esse novo cenário em que elas se encontram estimula a competitividade, pois concede o acesso ao conhecimento, que cria inovação, e leva a mercados consumidores, mesmo os mais afastados.

Segundo Costa (2012, p.14), o distrito industrial se expande naturalmente no decorrer do tempo. As mais importantes particularidades do distrito são:

- a) diversas empresas, geralmente de pequeno e médio porte; nessa espécie de arranjo, há uma grande especialização produtiva no padrão

da firma individual, ampla divisão de trabalho interempresas estabelecidas próximas umas das outras;

- b) podem existir meios auxiliares, como por exemplo, os produtores de máquinas, de insumos e outros, no setor industrial, constituindo um complexo, que é ponto central do distrito;
- c) mercado de trabalho local, com aspectos singulares, a mão de obra é qualificada, com a obtenção de competências por meio da transferência de conhecimentos entre gerações;
- d) entre os agentes e as empresas existem grandes vínculos de cooperação e competição no ambiente do distrito.

Para Costa (2012), através da cooperação horizontal, a concentrada rede de instituições oferece serviços reais às empresas, bem como na proteção dos interesses dos atores do distrito: centros tecnológicos, escola de aprimoramento de mão de obra, associações empresariais e de trabalhadores etc. O que junta comunidade e empresas são os laços sociais e a confiança. São altamente fortes esses laços sociais, transformando os conhecimentos individuais em coletivos, provocando a expansão de inovações. A inovação é um aspecto fundamental dos distritos industriais.

2.3.2 Clusters

O grande êxito conseguido pelos distritos industriais italianos deu ênfase a novas formas de produção e de organização industrial, na busca de atingir o mesmo desempenho. Assim, foram surgindo diversas formas de agrupamentos de empresas em diversas regiões, ou seja, em setores semelhantes aos do distrito, mas também em vários outros segmentos. Após o imenso sucesso que atingiu o distrito industrial, surgiu o *cluster* denominação cuja abrangência se mostrava maior, com algumas semelhanças e, também, diferenças do distrito industrial.

De acordo com Galvão (2000, p. 8 e 9):

Da experiência bem-sucedida de reestruturação produtiva na Itália emergiu uma nova literatura, que partia do conceito mais restrito de distrito industrial para uma denominação mais geral, a de 'cluster', capaz de compreender todo tipo de aglomeração de atividades geograficamente concentradas e setorialmente especializadas – não importando o tamanho das unidades

produtivas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo ser da indústria de transformação, do setor de serviços e até da agricultura. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde tem sido identificada uma enorme quantidade e variedade de 'clusters', a literatura dominante tem-se voltado principalmente para o desenvolvimento de metodologias e técnicas de identificação de aglomerações de atividades econômicas especializadas e, a partir daí, para a formulação de estratégias especificamente dirigidas ao estímulo e ao fortalecimento de atividades que se encontram geograficamente concentradas e setorialmente especializadas e que se formaram, em geral, de forma espontânea, em certas regiões e locais.

Amorim (1998) apresenta que os *clusters* são formados por pequenas empresas que constituem um aglomerado que possuem especialização na divisão do trabalho em indústrias e áreas específicas. Comparados a outros arranjos, os *clusters* se sobressaem por manterem valores salariais e níveis de empregos maiores. Esses clusters desempenham um tipo funcional de meio alternativo, mas possuem atividades produtivas e tecnológicas próprias.

Amorim (1998) mostra que os *clusters* têm se evidenciado por sua eficiência de criar grandiosidade nas áreas onde eles se estabelecem. Têm apresentado efeito impressionante em relação ao aumento do desenvolvimento regional os novos distritos industriais ou *clusters* de pequenas empresas. Há vários exemplos na literatura em que os *clusters* têm colaboração na alteração do modelo econômico de regiões antes em declínio. Sobressaem-se pela sua eficácia de conciliar eficiência econômica com grande número de empregos, e chegam a ser indicados como padrões a serem transportados para outras regiões.

Segundo Szafir, Goldstein e Toledo (2004, s/n):

Clusters industriais têm sido definidos como agrupamentos de empresas, de um modo geral de pequeno porte, aglomeradas espacial e setorialmente, onde exista entre elas uma rede de relacionamentos, de tal forma que resulte na aquisição de alguma vantagem competitiva para cada uma das empresas e para o grupo como um todo.

O *cluster* não pode atuar se um dos integrantes separadamente falhar na realização de algum segmento acertado por todos, ou seja, um dos pontos mais importantes do *cluster* vincula-se ao seu modo de ligação entre seus membros. A eficiência de um *cluster* decorre da maturidade das relações sociais que se realizam em seu meio e da confiança que se determina entre eles.

De acordo com IEDI (2003, *apud* SZAFIR, GOLDSTEIN e TOLEDO, 2004, s/n) os *clusters*, na sua constituição e evolução, têm sido motivados por elementos institucionais, sociais e culturais distintos. E esse meio de produção e modos de

inovação têm sido acompanhados em vários países, por vários governos, por influenciar na criação de empregos, exportações, tecnologias e crescimento. É de grande importância para os *clusters* o estudo de caso, devido às suas particularidades, ou seja, os *clusters* e suas vantagens competitivas⁴, quer dizer, vantagens adquiridas por agirem juntas e também por possuírem profundas fontes históricas e contarem com instituições, culturas e meios sociais de acordo com sua localidade.

Amorim (1998) destaca que os *clusters* têm-se sobressaído por sua eficácia de criar coesão social, ou seja, ações na área social, em localidades que mostrem possibilidade para a realização desse modo de produção e que abram oportunidades promissoras para o progresso dessa região. Essa autora aponta também a importância das instituições responsáveis pelo desenvolvimento desse modelo.

Dessa forma, os *clusters* são vistos como um modo de produção que gera um grande número de empregos e especialização no trabalho. Geram também salários melhores, sendo, assim, responsáveis pelas mudanças positivas que fazem acontecer nos territórios onde se localizam. Em grande parte, esses *clusters* se formam de modo espontâneo. Amorim; Szafir, Goldstein e Toledo deram ênfase a esse modelo de pequenas empresas. Contudo, na opinião de Galvão, não importa o tamanho nem a natureza da empresa. As indústrias desse arranjo fazem parte do mesmo setor, mas pode atuar em qualquer atividade relativa a ele. Conseqüentemente, a união dessas empresas acarretará vantagens competitivas.

2.3.3 *Milieu innovateur*

Por último, será mostrado o *Milieu*, que, de acordo com os autores desse tópico, visa à inovação como fator principal e determinante, para não se transformar em um modo de produção estagnado e passageiro.

⁴ De acordo com Szafir, Goldstein e Toledo (2004), as economias externas, as quais podem proporcionar custos reduzidos para as empresas aglomeradas espacialmente, são didaticamente agrupadas em passivas – decorrentes de disponibilidade de mão de obra especializada, acesso a matérias-primas ou outros serviços e equipamentos ou maior disseminação local de conhecimentos especializados – ou ativas, resultantes de ações conjuntas deliberadas das empresas e instituições locais. Essas economias externas determinam uma eficiência coletiva que dá vantagem competitiva às empresas.

Segundo Araújo (1999), o *milieu* é estabelecido em um mesmo ambiente geográfico e constitui uma série de elementos com inter-relações, que possuem as empresas inovadoras como atributo dominante, e o feito de se iniciarem a partir de particularidades de uma região. Esse método de organização das empresas prioriza um método de desenvolvimento que começa das dinâmicas internas da mesma região. Essa nova referência constata o território como preparado para formar recursos individualizados e diversificados, a partir de outros pré-existentes, favorecendo a inovação.

Já o *milieu innovateur* (ambiente inovador), segundo Maillat (1995, *apud* AMARAL FILHO, 2001, p. 274 e 275):

Não constitui um conjunto paralisado. Diferentemente disso ele é lugar de processos de ajustamentos, de transformações e de evoluções permanentes. Esses processos são acionados, de um lado, por uma lógica de interação, e, de outro, por uma dinâmica de aprendizagem. A lógica de interação é determinada pela capacidade dos atores de cooperarem entre si em relações de interdependências, principalmente pelo sistema de redes de inovação. A dinâmica de aprendizagem, por sua vez, traduz a capacidade dos atores de modificarem seu comportamento em razão das transformações do ambiente externo que os cerca. Desse processo de aprendizagem nascem conhecimentos, tecnologias. A chave encontra-se, certamente, na capacidade de os atores de um determinado *milieu*, ou região, compreenderem as transformações que estão ocorrendo a sua volta, no ambiente tecnológico e no mercado, para que eles façam evoluir e possam transformar o ambiente.

Para Araújo (1999), contribui para o desenvolvimento de inovações, criações e aprendizado de novas tecnologias, as empresas que, no *milieu*, funcionam unidas com as associações, autoridades, universidades e indivíduos, o que constitui uma maneira simples de entender as colocações, dificuldades e oportunidades nesse método de produção.

Amaral Filho (2001) aponta que se compreende que a finalidade da criação dessa estratégia foi proporcionar meios para colaborar com a permanência dos distritos industriais, e para que outras regiões criassem seus próprios planejamentos de desenvolvimento de maneira duradoura. O distrito industrial prioriza a visão do “bloco social”. Já as inovações tecnológicas, para o *milieu*, exercem fator decisivo.

Ainda segundo Amaral Filho (2001), no que se refere à desintegração vertical, esse é um modo que as empresas fordistas encontraram para levarem a montagem dos produtos para outras áreas, deixando o núcleo estratégico (pesquisa,

desenvolvimento e *marketing*) no local de origem, focando principalmente na exploração de mão de obra barata, conseqüentemente levando a um desenvolvimento passageiro para essa região.

Isso é explicado da seguinte forma: as grandes empresas, nesse caso, dominam a inovação, enquanto as empresas contratadas exercem a parte da montagem do produto: entram com a parte operacional e não exercem inovação. As empresas de maior porte estão à procura de mão de obra barata e outras vantagens oferecidas pela região receptora, por isso, o crescimento corre o risco de ser passageiro. Assim, o *milieu* tem a preocupação de evitar esse tipo de industrialização, criando meios importantes para solucionar esses problemas, ou seja, inovando.

2.4 Conclusão

O desenvolvimento do presente capítulo possibilitou uma análise de como as mudanças estruturais no ambiente econômico, explicado pela teoria do desenvolvimento endógeno, contribuiu para a mudança no modo de produção fordista para o flexível, e trouxe uma reflexão e contribuição acerca dos benefícios trazidos por ele ao território.

De um modo geral, demonstrou-se como esse novo modelo de desenvolvimento regional influencia a procura e inserção das micro e pequenas empresas no novo ambiente de produção, transformando-as em aglomerações de empresas para sobreviverem à concorrência. Para tanto, apresentaram-se os três modelos de maior êxito.

Nesse sentido, a utilização desse novo modelo de produção serve para que vários países, nos seus respectivos territórios, estimulem seu modelo de acordo com a sua cultura, instigando e focando nas suas particularidades no intuito de desenvolver o ambiente em que se encontram.

3 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL, COOPERAÇÃO E EMPREENDEDORISMO COLETIVO

3.1 Introdução

Este terceiro capítulo vem mostrar como o arranjo produtivo local é afetado positivamente pelo empreendedorismo coletivo, ou seja, ele é um elemento essencial para que esse arranjo possa crescer e se desenvolver. Começa-se destacando a cooperação, que é o elemento chave dentro do arranjo. A cooperação desencadeia uma série de processos, desde uma simples união para a compra de insumos até o desenvolver de um novo produto. Do método mais simples ao mais elaborado, dentro do arranjo, a cooperação se faz necessária.

O surgimento dessa cooperação é bem mais visível em ambientes empreendedores, pois, nesses lugares, é bem mais favorável o seu florescimento, através de pessoas e empresas com esse mesmo pensamento, que interagem e contribuem mais umas com as outras, gerando cooperação. O empreendedorismo predomina nesses ambientes, e como ele é o resultado da interação de pessoas e processos em busca de mudanças, é importante estimular esse comportamento nos gestores reunidos em aglomerações.

A importância atribuída à discussão sobre o empreendedorismo coletivo está na formação do arranjo produtivo, que é composto por várias empresas, instituições públicas e privadas, governo, gestores etc. O ambiente empreendedor vai explorar da melhor forma a relação dos atores envolvidos. Dessa forma, os gestores das empresas irão agir com maior interação e cooperação entre si. Assim, esse ambiente teria uma maior quantidade, mesmo que não mensurável, de capital social.

Esse tipo de empreendedorismo dá funcionamento ao arranjo de modo eficiente, interfere na atuação dos gestores etc. São contribuições que levam a mudanças significativas para a permanência das micro e pequenas empresas no mercado, evitando que elas sucumbam. Chama-se, então, a atenção para o estímulo do empreendedorismo coletivo no ambiente e nos negócios do arranjo.

3.2 Agrupamentos de micro, pequenas e médias empresas – MPME

Cada território possui suas individualidades e culturas. Isso contribui para a formação das micro e pequenas empresas. Seu desenvolvimento vai depender de como elas se originaram dentro desse território, suas tendências e histórias e, a partir desse processo, surgirá a inclinação para o seu método de produção. Por isso, o resultado desses impactos estruturais no ambiente econômico acontecerá de modo diferenciado para esses aglomerados de empresas. Os territórios que tiverem potencialidade para a implantação dos arranjos passam a ter grande probabilidade para se desenvolverem.

Amorim (1998) aponta que as aglomerações de pequenas empresas se mostram como meio considerável para proporcionar o desenvolvimento local de um modo sustentável, economicamente realizável e socialmente mais agregador. A competitividade das pequenas empresas pode ser igual ao das grandes empresas, podendo elas ser até mais competitivas, quando reunidas em *clusters*.

De acordo com Amaral Filho (2011), baseado no tipo de configuração das micro e pequenas empresas, próximas umas das outras em certo território e beneficiadas por certas externalidades⁵, as novas oportunidades dadas a essas empresas têm se mostrado de duas maneiras: desintegração vertical⁶ e integração horizontal⁷.

Segundo Barquero (2004), as grandes empresas e grupos de empresas se tornam mais competitivas e eficientes devido a formas mais flexíveis de organização, através do desenrolar de novas estratégias territoriais. Os benefícios gerados pelos sistemas produtivos de criar economias externas e internas de escala

⁵ Em economia, externalidades são os efeitos colaterais de uma decisão sobre aqueles que não participaram dela. Existe uma externalidade quando há consequências para terceiros que não são tomadas em conta por quem toma a decisão. Geralmente refere-se à produção ou consumo de bens ou serviços sobre terceiros, que não estão diretamente envolvidos com a atividade. Quando possui natureza positiva, quando os demais agentes, involuntariamente, se beneficiam, (por exemplo, investimentos privados em infraestrutura e tecnologia).

⁶ Desintegração vertical: tem como foco original as grandes empresas que terceirizam os serviços das pequenas e microempresas, e até das médias, reproduzindo esse modelo de produção em outros ambientes, para fugir dos custos de produção, organização e gestão, dentre outros. Nesse modelo, existe a procura de economias externas, mas procurando manter nas grandes empresas a de escala interna.

⁷ Integração horizontal: é a agregação das micro e pequenas empresas em forma de arranjo, produzindo de modo especializado. Nesse modelo, para equilibrar a escassez de economias internas, procura-se criar as externas.

na produção, na pesquisa e desenvolvimento de produtos, devem-se a essa geração e desenvolvimento de redes e sistemas flexíveis de empresas, às suas relações com os atores locais e às estratégias criadas entre elas.

O segundo método, que é o de integração horizontal, e que será estudado neste trabalho, é o que evidencia a aglomeração das micro e pequenas empresas. Diante do estudo apresentado neste deste tópico, com base nos autores Amorim, Amaral Filho e Barqueiro, nota-se a defesa quanto ao benefício que essas aglomerações trazem às empresas e que as tornam mais eficazes, dando ênfase à interação entre todos os envolvidos, pois esse envolvimento gera grandes benefícios – apontados durante o trabalho –, criando estratégias e ações de acordo com os objetivos que desejam alcançar, específicos a cada território.

A variedade de aglomerados, específicos a cada território, serão mais bem aperfeiçoados através do estudo do arranjo pelas instituições e pela interação dos atores, e isso ocasionará a necessidade de diferentes programas para o seu desenvolvimento. Essa particularidade dos aglomerados e territórios impossibilita copiar modelos oriundos de outros ambientes.

Segundo Dias (2011), para essas aglomerações, a nomenclatura que predomina no Brasil é Arranjo Produtivo Local (APL), vigente nas observações conceituais, nos estudos experimentais e nas atividades de políticas públicas. Os Sistemas Produtivos Locais estão em um grau mais avançado que os arranjos produtivos, devido o seu maior vínculo entre os atores, ou seja, com grandes ligações de interdependências, ocasionando interação, cooperação, aprendizagem, inovação (produtos, processos e modelos organizacionais).

O conceito de APL (Arranjo Produtivo Local) e SPL (Sistema Produtivo Local), criado pela Redesist, é dado por Lastres *et al.* (2002, p. 13):

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependências. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharias; política, promoção e financiamento.

Sobre os sistemas produtivos e inovativos locais, o mesmo autor explica:

Sistemas Produtivos e Inovativos Locais são aqueles arranjos produtivos cuja interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, possibilitando inovações de produtos, processos e formatos organizacionais, gerando maior competitividade empresarial e capacitação social.

De acordo com Amaral Filho (2002), constam de classe mais atualizada, como o Sistema Produtivo Local (SPL), os casos brasileiros que mostram esses quatro elementos: capital social, a estratégia coletiva de organização da produção, a estratégia coletiva de mercado e a articulação político-institucional. Abaixo, classificam-se esses quatro elementos:

Quadro 1 ----- Os quatro elementos que fazem parte do Sistema Produtivo Local

Capital social
<p>Concentração de atividades sociais; É um bem público; Ele se mostra por meio da confiança, condutas e cadeias de vínculos sociais; O meio dominante para a cooperação, a composição de redes, associações e consórcios de pequenos produtores e empresa; Fator predominante da coordenação e da governança do centro de produção; Um bem indispensável em um certo núcleo produtivo.</p>
A estratégia coletiva de organização da produção
<p>Representa as decisões coordenadas, entre os produtores, sobre assuntos relacionados à produção; Aprendizagem coletiva, fonte de inovações e competitividade também se revela e realiza; A contribuição do capital social é essencial para o êxito dessa estratégia.</p>
A estratégia coletiva de mercado
<p>Evidencia atividade organizada e compatível entre os produtores; É de igual importância a estratégia coletiva direcionada à produção com a estratégia coletiva e coordenada, para se alcançarem os mercados.</p>
Articulação político-institucional
<p>É um meio de ligação entre as empresas do aglomerado e as instituições públicas e privadas que são encarregadas pela formulação de políticas pública; Essa ligação com as organizações e instituições será mais eficiente, quando maior for o capital social concentrado no aglomerado; Oriunda do capital social.</p>

Fonte : adaptação da autora, a partir de Amaral Filho (2002)

O nível desses elementos encontrados no arranjo é muito importante na hora de avaliar o grau de crescimento em que ele se encontra. Isso é um auxílio indispensável para sua identificação e para que se possa estudá-lo e, a partir disso, apontar seus problemas para poder solucioná-los. Observa-se que o capital social é fator crucial para o êxito desses elementos.

O modo de cooperação que se aplica entre os diferentes atores é motivado pelas particularidades do produto principal do aglomerado e a forma de competição que existe no mercado em que ele está estabelecido. A empresa tende a agir de maneira individual quando estão acessíveis no mercado as condições de competitividade ou quando são conseguidas por meio do próprio empenho. Quando as empresas individualmente não conseguem obter o êxito desejado para conseguirem ser competitivas, podem, através de ações conjuntas com outras empresas, alcançar a competitividade e obterem vantagens para sobreviverem.

Segundo Amaral Filho (2002), as economias externas são adquiridas através da interação e cooperação entre empresas e entre elas e as instituições que as apoiam, no ambiente em que elas estão inseridas. Várias vezes as atividades de um grupo de pequenas empresas se conturba com a própria identidade cultural do seu território, provocando economias importantes em despesas com *marketing*. As economias externas se apresentam como: mercado de trabalho, formação, financiamento, desenvolvimento tecnológico, elaboração de produto, comercialização, exportação e distribuição. As pequenas empresas e as externalidades vêm a ser de extrema importância nesse novo cenário de competitividade.

Para Keller (2008), a necessidade do aumento da competição surge no real cenário do capitalismo globalizado, que vem impondo aos agentes econômicos a precisão gradual do aumento da cooperação entre as empresas e também direcionado a um método de produção que abranja a divisão das atividades econômicas. Como um meio de garantir a competitividade surge a ligação entre as empresas envolvidas nesse método de produção, ou seja, a competição por meio de redes. Conseqüentemente, a cooperação entre empresas, aparecerá como estratégia essencial para os agentes econômicos envolvidos nesse cenário

econômico. Assim, também, a necessidade de harmonizar a competição com a cooperação.

Para Damázio e Castro (2012), nos arranjos produtivos, a cooperação acontece de diferentes maneiras entre os diversos atores e com diferentes graus de intensidade no interior do processo interativo, e esse vínculo ou relacionamento entre eles será maior e melhor quanto maior for a cooperação. Nesse ambiente, cooperação e competição coexistem. Esse ambiente abrange um número considerável de empreendimentos que trabalham com uma atividade produtiva dominante.

Cardoso; Carneiro e Rodrigues (2014) afirmam que um meio essencial para que as pequenas empresas possam crescer e sobreviver é cooperando para competirem, em um ambiente cada vez mais competitivo e que dificulta a ação de empresas isoladas.

Segundo Lastres e Cassiolato (2003), a competitividade dentro do APL se caracteriza pelas interações das empresas do arranjo com o ambiente em que se encontram, abrangendo cooperação, aprendizado e inovações, que são determinantes na competitividade.

Szafir, Goldstein e Toledo (2004) demonstram um fator essencial, ao analisarem os *clusters*, que é o binômio competição e cooperação, ou seja, dois elementos das relações entre empresas que se unem e que são próximas umas das outras e que visam a aumentar sua competitividade no mercado.

Conforme, ainda, Szafir, Goldstein e Toledo (2004) para as empresas aglomeradas, as economias externas podem diminuir seus custos. São denominadas passivos oriundos de oferta de mão de obra especializada, disponibilidade de matérias primas, serviços, equipamentos ou difusão local de conhecimentos especializados; ou ativos oriundos de ações conjuntas entre empresas e outros atores. Toda essa cooperação entre as empresas aumenta a competitividade fora delas.

Foi demonstrado neste tópico que para as empresas crescerem, inovarem e sobreviverem, elas têm que aumentar seu poder competitivo, através de inúmeras ações coletivas. Apesar dos termos competir e cooperar serem semanticamente diferentes, nas aglomerações eles terão mais eficácia se agirem juntos. Cooperar

para poder competir, este é o lema. Confiança é uma palavra a ser seguida para que se possa aplicar essa teoria.

Diversos autores apresentados neste tópico, tal como Lastres, afirmam que a diminuição dos custos e a difusão de informação são benefícios bastante significativos entre as empresas que formam um *cluster*, pois elas são oriundas de características, tais como cooperação, transferência de conhecimento e tecnologia, vantagens estas que as colocam à frente das empresas que agem sozinhas.

Crescentemente, o processo de cooperação resulta em uma maior interação entre os diferentes atores e, dessa forma, essa relação é apontada como fator essencial de geração de vantagens competitivas. A inovação é o resultado desse método de competitividade, pois, cada vez que se procura melhor competir, tem-se que procurar uma maneira de inovar, então, necessita-se estar constantemente nesse processo de mudança.

Cassiolato e Lastre (2003) explicam que o crescimento das empresas e o aumento da capacidade de inovar são estimulados pela competitividade, que as aglomerações de empresas são estratégias de aumento dessa competitividade por meio da cooperação entre seus atores e os vínculos exercidos entre eles, um dos motivos pelo qual aumenta a solicitação de políticas direcionadas a esses arranjos.

A cooperação é vista como a melhor solução, o elemento essencial do empreendedorismo coletivo. Sem ela, fica impossível desenvolver esse tipo de negócio. É esse o foco do empreendedor coletivo para que alcance o sucesso desejado. Esse gestor coletivo influencia, aumenta e estimula a cooperação, que já existe no pensamento e na prática do empreendedor, apenas, muitas vezes, está um pouco adormecida.

3.3 Empreendedorismo e empreendedorismo coletivo

O empreendedorismo é consequência natural, principalmente de um ambiente empreendedor, o nascimento de muitas pequenas empresas é fruto disso, desse estímulo empreendedor nos administradores das empresas. Quanto mais possuírem esse comportamento, melhor visão terão para a sobrevivência de suas empresas quanto à grande concorrência.

Segundo Amaral Filho (2011), as grandes transformações ocorridas, ou seja, as mudanças estruturais, vistas no capítulo anterior, principalmente na década de 1990, apresentaram diversas consequências, havendo sido uma delas o maior impulso dado ao empreendedorismo, que resultou no aparecimento de diversos negócios.

Para Albagli (2002), a necessidade de interação e cooperação entre empresas põe novas buscas por inovações institucionais e transformações culturais em diversos níveis, traçando a importância da intensificação do capital social. Abrange um maior espaço dentro das políticas públicas e privadas e é motivo de interferência de organizações não governamentais o assunto relacionado à capacitação de novos e futuros empreendimentos, empreendedores e atores consideráveis, impulsionando seu desempenho em redes locais. Dessa forma, é de grande importância instigar o empreendedorismo e, particularmente, capacitar as empresas para a busca do desenvolvimento não só econômico, mas também social, através do comportamento empreendedor.

De acordo com Damázio e Castro (2012), observa-se um forte capital social constituído ou em formação em regiões mais desenvolvidas ou que agilizam aceleradamente o seu desenvolvimento econômico de modo sustentável, sendo, dessa forma, para essas regiões, um forte diferencial competitivo para o empreendedorismo. Ajudar, colaborar são algumas das ações da cooperação, uma conexão em que um ganha com o outro e, assim, ambos se fortificam e aumentam as relações sociais.

Então, destaca-se a grande importância da cooperação e da interação enfatizando o capital social para o aumento do empreendedorismo. Este último é indispensável, já que para um maior desenvolvimento do APL a inovação é essencial, e esse é um fator bastante estimulado pelos empreendedores. Desse modo, cooperação, empreendedorismo, aglomeração e inovação devem estar presentes nesse ambiente que busca se desenvolver para criar condições de crescimento das empresas aglomeradas.

Empreendedorismo, segundo Dornelas (2013, p. 28), “é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em

oportunidades”. “E a perfeita implementação dessas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso.”

No que se refere ao estímulo do empreendedorismo e à capacitação empresarial, é necessário que haja interação entre as empresas e os agentes que impulsionam esses dois fatores. Essa interação e cooperação entre eles é um meio de transferir aprendizagem, fazendo com que aumentem suas competências. Essa união de empresas também envolve instituições as mais variadas, entre elas, a de ensino e capacitação, que contribui para um melhor aprendizado e inovação, seja sobre o produto ou sobre o processo produtivo. Vários podem ser os meios suscetíveis dentro do aglomerado para favorecer a transferência do conhecimento e aprendizado, tais como: cursos, visitas a empresas, cooperação entre elas para desenvolver ou aprimorar um produto, assessoria, capacitação etc.

Desse modo, a cooperação e a interação entre os agentes, segundo os autores deste tópico, tal como Albagli, estimulam o aprendizado coletivo e a capacidade empreendedora dentro do arranjo, favorecido pela confiança, estimulando maior propagação de informação e conhecimento, propiciando aprendizado e inovação. Isso dentro de um ambiente onde se manifesta um maior grau de capital social torna-se mais evidente e eficiente.

Como o foco é o arranjo produtivo local, o empreendedorismo coletivo será explanado, pois é o que deve predominar dentro da aglomeração, ambiente motivador de atividades relacionadas ao grupo em benefício de todos, buscando todos um acordo para o bem comum.

De acordo com Rossi *et al.* (2014), na literatura econômica, o empreendedor é visto como o principal agente responsável pelo crescimento das regiões, pois é o encarregado pela criação de negócios, inovando sempre que necessário como resposta às necessidades do mercado. Um empreendedor, agindo individualmente em certos segmentos, não é capaz de solucionar as necessidades impostas pelo mercado atual, sendo imprescindível a união de serviços de diferentes empreendimentos.

O empreendedorismo coletivo são vários empreendedores agindo com ações empreendedoras para o bem comum. Uma das características do empreendedor é possuir uma visão estratégica de crescimento. Quando

administradas por pessoas com esse perfil, as empresas do arranjo têm maiores e melhores chances de alcançarem os objetivos desejados, que seriam o de crescer, competir e se desenvolver, principalmente por possuírem a visão de se superar e inovar diante da concorrência. Não se pode dizer que seja fácil, mas as chances são imensamente maiores.

Rossi *et al.* (2014, p.03), falando sobre o empreendedorismo coletivo ou compartilhado, dizem que:

O campo do empreendedorismo é vasto e tem sido aplicado a uma variedade de contextos, retratando atividades relacionadas tanto a indivíduos, quanto a grupos e organizações. Assim, uma das possibilidades e vertentes do empreendedorismo se refere à união de indivíduos em busca de um objetivo comum entre eles.

Pedro, Ribeiro e Colares (2010) apontam para a presença do empreendedorismo coletivo, comentando que se manifesta no arranjo por meio da existência de grupos de pessoas e gestores com aspectos empreendedores de comportamento e do capital social, e isso pode ser observado através das consequências das ações conjuntas, estabelecidas por esses agentes em benefício do arranjo.

Para que o empreendedorismo coletivo se desenvolva eficientemente em um ambiente, tem que haver confiança entre seus membros, para que haja maior nível de cooperação, aumentando seu capital social, de preferência em um ambiente empreendedor.

Muitos empreendimentos que atuam coletivamente possuem custos e enfrentam obstáculos, pois existem dificuldades, entre as quais se destaca a união de várias pessoas com pensamentos e modos de agir diferentes: ainda assim, essa união pode trazer benefícios que fortificarão seus empreendimentos, tonando-os mais competitivos, com uma visão de longo prazo. Uma empresa cujo líder possui perfil empreendedor estará mais propícia a se desenvolver, pois já tem um pensamento de mudança, necessária para acompanhar, superar e surpreender o mercado.

Damázio e Castro (2012, p. 43 e 44) apresentam várias vantagens e possibilidades ofertadas pelo empreendedorismo coletivo, dentre elas:

Quadro 2 ----- Benefícios do empreendedorismo coletivo

Dividir o ônus de realizar pesquisas tecnológicas, treinamentos de mão de obra e outros custos, decorrentes do negócio;
Oferecer produtos diversificados e de qualidade superior;
Partilhar riscos e custos de explorar novas oportunidades, tais como pesquisas de trabalho, participação em feiras e eventos;
Compartilhar recursos: dinheiro, máquinas, estruturas etc.;
Combinar e integrar competências; praticar o compartilhamento do conhecimento e as habilidades das pessoas na hora de trabalhar junto de forma intencional;
Fortalecer o poder de realização de negócios, ampliar escalas de venda, compras ou produção;
Agregar valor aos produtos por meio de processos coletivos de certificação;
Promover ações integradas e articuladas de desenvolvimento de uma comunidade ou território;
Exercer uma pressão maior no mercado, ampliando o poder de barganha ou poder de mobilização decorrente do trabalho conjunto de todos os envolvidos;
Proteger, promover produtos e sua herança histórico-cultural por meio da indicação geográfica;
Facilitar o acesso ao crédito saudável e a outros serviços financeiros em condições mais vantajosas para acelerar o desenvolvimento das MPE.

Fonte: adaptação da autora, a partir de Damázio e Castro (2012)

Damázio e Castro (2012) destacam que se não houver conscientização dos integrantes do empreendimento coletivo para busca de cooperação entre eles, de nada adiantará fazer parte desse grupo, pois os benefícios por ele oferecidos não serão alcançados, desperdiçando-se, assim, tempo e ocasionando custos, pois esses negócios não obterão resultados se não tiverem empenho e compromisso.

Damázio e Castro (2012, p. 47 e 48) apresentam as principais dificuldades vivenciadas pelos gestores de um empreendedorismo coletivo, dentre as quais:

Quadro 3 ----- Principais obstáculos do empreendedorismo coletivo

Os participantes realmente compreenderem o que de fato é cooperação e seus benefícios, tendo em vista a nossa cultura individualista e competitiva;
Pouca cultura de trabalho em conjunto;
Não cumprimento às regras de convivência estabelecidas pelo grupo;
Falta de confiança entre os participantes;
Falta de transparência entre participantes;
Ausência de lideranças no grupo;
Amadorismo nos negócios;
Baixa dedicação ao empreendedorismo coletivo em função de outras atividades empresariais dos associados;
Resistência às mudanças na forma de fazer negócios. Muitas vezes alguns membros querem que o negócio coletivo seja gerenciado da forma que é gerenciado o seu negócio individual;
Resistência em planejar, em registrar e controlar os processos que envolvem o negócio coletivo;
Comunicação deficiente entre os participantes e falta de informação, que atrapalha o processo de trabalho coletivo;
Conciliar interesses de empresas de diferentes portes;
Priorizar os aspectos técnicos e legais do empreendimento coletivo, em detrimento da cultura da cooperação;
Ausência de <i>feedback</i> e/ou inabilidade em fazê-lo, prejudicando as relações.

Fonte: adaptação da autora, a partir de Damázio e Castro (2012)

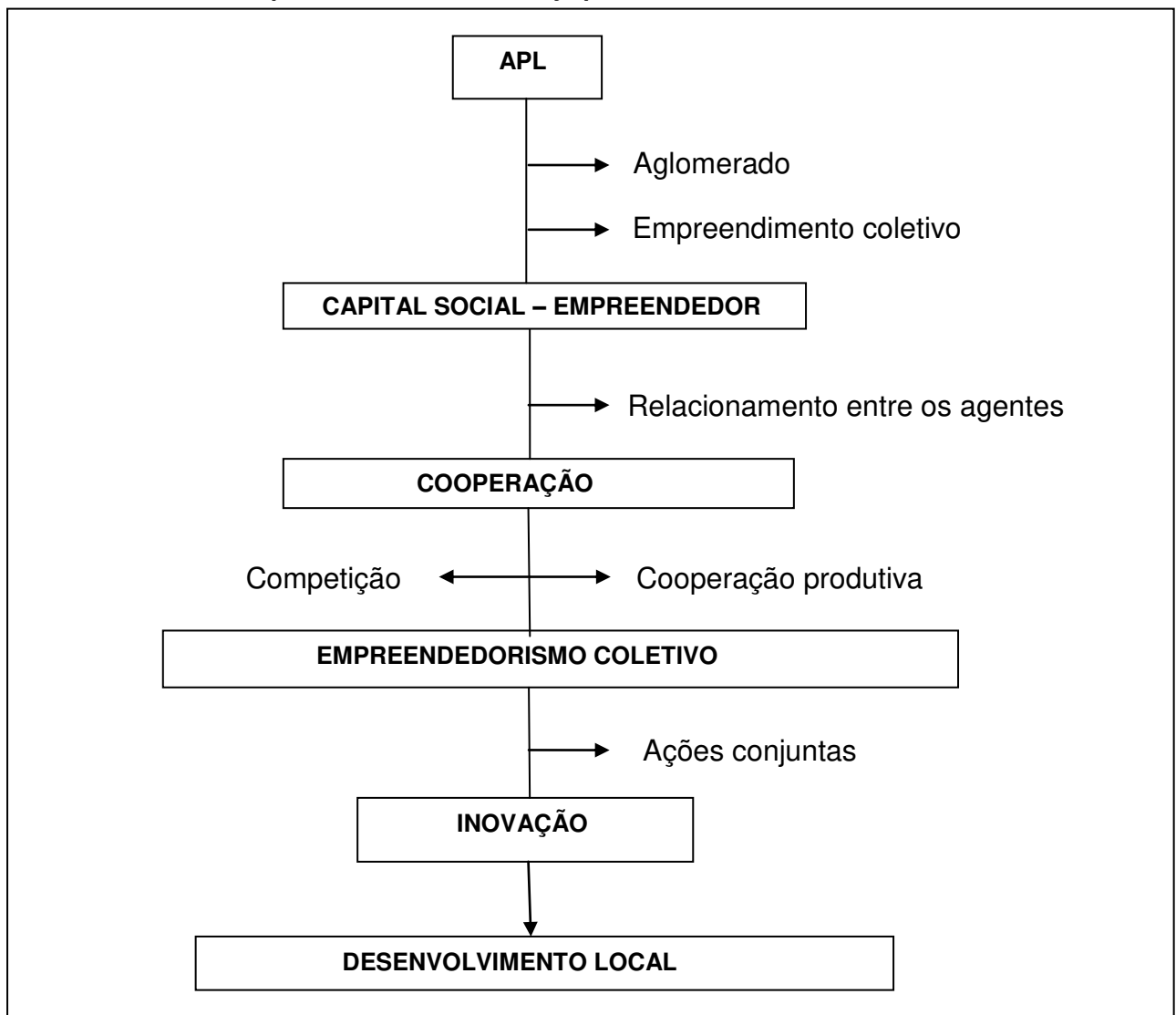
Diante dos desafios enfrentados pelos gestores, há uma grande dificuldade, em uma comunidade onde predomina uma cultura individualista, de o empreendedorismo coletivo funcionar. Daí, a importância da existência de ambiente empreendedor para o seu desenvolvimento, os gestores terem de praticar um maior convívio e se sensibilizarem para o fato de que o empreendimento coletivo é uma continuação do seu negócio. Eles têm que delegar mais as suas funções nas suas empresas, e doar mais tempo a participarem das decisões e do funcionamento das ações conjuntas.

Visando a que todos desenvolvam o seu negócio de forma conjunta e com confiança uns nos outros, é necessário que cada um cumpra a sua parte, pois não é fácil fazer pessoas diferentes agirem de um modo coletivo, buscando o bem-

estar de todos e não apenas o seu individualmente. Tem que existir a consciência de que a ação conjunta vai trazer muito mais benefícios do que trariam ações isoladas.

O empreendedorismo coletivo é essencial para o melhor desenvolvimento, tanto dentro do Arranjo Produtivo Local quanto fora dele. Nesse modelo, os temas estão em sequência, ou seja, quanto maior o capital social, maior o relacionamento dos agentes, maior a cooperação, maiores as ações coletivas, haverá mais empreendedorismo coletivo, ocorrerá mais competitividade e possibilidades de inovação, tudo isso resultando em melhores oportunidades de desenvolver o território. Abaixo um gráfico explicando os principais elementos do arranjo produtivo local.

Quadro 4 ----- Principais elementos do Arranjo produtivo local – APL



Fonte: elaboração própria (2017)

3.4 Conclusão

O desenvolvimento deste terceiro capítulo possibilitou avaliar como o conteúdo do empreendedorismo coletivo está sendo analisado nas empresas reunidas em APL. Trouxe, também, uma reflexão e compreensão acerca dos benefícios encontrados pelos gestores das empresas, bem como das dificuldades que eles enfrentam e avaliam e de como os recursos auxiliam no desenvolvimento das empresas e territórios.

De um modo geral, o presente capítulo demonstra o interesse pelo empreendedorismo coletivo, fator determinante de crescimento de diversos negócios, que além de influenciar a cooperação, fator essencial, se mostra um meio eficaz de sobrevivência das micro e pequenas empresas. Essa aglomeração de firmas apresenta diversos problemas, mas pontua grande número de benefícios trazidos por esse tipo de cooperação, avaliando que apesar de todas as dificuldades, é muito mais vantajosa a aplicação do empreendedorismo coletivo nos arranjos produtivos.

Torna-se, pois, necessário um estímulo a um empreendedorismo coletivo, que vise à formação e continuidade desses arranjos, desencadeando competências e habilidades para garantir um serviço ou produção de qualidade e diferenciada nas empresas, frente à concorrência.

4 CONHECIMENTO , INOVAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO APL

4.1 Introdução

Este capítulo mostra que as articulações institucionais e o conhecimento (grande interação entre os atores, faz com que os APLs sejam um grande exemplo de formuladores de conhecimento coletivo e interativo), elementos essenciais para criar inovações, sejam elas de processos ou de produtos, o que é fundamental para a competitividade.

Ante esses fatores, e como esses arranjos são propícios ao desenvolvimento local, eles se tornaram grande alvo das políticas públicas. Todo o trabalho busca mostrar a importância do arranjo produtivo local e as formas para ele sobreviver, se desenvolver e permanecer no território. Assim, este quarto capítulo vem para rematar o estudo, enfatizando a grande importância das políticas públicas direcionadas aos APLs no intuito de transformá-los em sistemas produtivos locais.

A importância que se atribui a esse assunto está em estimular e criar políticas locais, ou seja, direcionadas a cada APL, de modo individual. Essas políticas passaram a ganhar um grande foco, pois estão mais próximas, estudando o arranjo desde o seu início, acompanhando toda a sua história, na busca de solucionar os seus problemas, para que, depois de algum tempo, os arranjos possam seguir de modo independente e eficiente.

A partir deste estudo a finalidade é mostrar como as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do APL e do seu território, contribuem para o seu fortalecimento e como a sua intervenção muda significativamente o seu funcionamento, tornando-o muito mais eficiente e competitivo.

4.2 Articulação Institucional na geração de conhecimento

O assunto apontado neste capítulo é a articulação institucional, grande responsável pelas interações dos atores, indispensável ao arranjo. Como se poderá observar, são muitos os estudos direcionados a esse assunto.

Para Amaral Filho *et al.* (2002), o aglomerado de empresas sofre influências de instituições públicas e privadas, ou seja, os aglomerados prósperos

necessitam dessas interações institucionais e organizacionais que são fundamentais para resolver obstáculos, diversas vezes fáceis, com o suporte de instituições como o Sebrae, secretarias, centros tecnológicos, universidades, associações, centros de treinamento e capacitação. Os arranjos mais eficazes têm, em geral, bons vínculos com instituições como essas e, normalmente, isso acontece através de treinamento, crédito, consultoria técnica, apoio às participações em feiras e dotação de infraestrutura.

Segundo Amaral Filho *et al.* (2002), para impulsionar esses arranjos, é fundamental o vínculo com governos municipais e estaduais. Podem-se citar alguns exemplos de instituições operantes no Ceará: a Ceart, que é uma central de revenda de artesanato; o Sebrae, que pode atuar como organizador dos produtores, com treinamentos, participações em feiras etc.; o Centec, que atua junto aos vínculos produtores de mel; entre outros.

Para Costa (2010), através de um maior grau de desenvolvimento de institucionalidade do aglomerado ou pela firmação de um acordo territorial, muitos objetivos desses arranjos são alcançados. Dessa forma, a interação dos agentes é algo necessário, que deve ser estimulada pelas ações públicas, e essas ações são indispensáveis para estimular o desenvolvimento dos arranjos, para que eles consigam gradativamente superar os obstáculos.

De acordo com Amaral Filho *et al.* (2002), diversas vezes, aglomerações em declínio possuem muitas potencialidades que infelizmente não estão sendo eficientes devido a vários obstáculos, que, com a ajuda das instituições, seriam facilmente removidos, o que fortaleceria o arranjo e, conseqüentemente, o ambiente onde está inserido.

Para Amaral *et al.* (2002), essa análise dos arranjos, feita pelos organismos públicos, mostra mais eficientemente os obstáculos desses arranjos individualmente para, dessa forma, poder-se melhorar a competitividade das empresas, através da busca de soluções para seus problemas.

A articulação institucional é indispensável para o desenvolvimento do arranjo. Elas são formadas justamente em prol de alguma dificuldade que impede o seu crescimento, ou seja, a solução do foco do problema para que esse arranjo prospere. As instituições têm várias finalidades e, com o estudo aprimorado de cada

arranjo, saber-se-á quais delas melhor o beneficiaria. Cada arranjo tem suas particularidades e deficiências, as quais precisam ser focadas e solucionadas. Para os arranjos prosperarem, eles precisam da ajuda das instituições, já que, sozinhos, não têm como resolver certos problemas.

Matos *et al.* (2016) apontam para uma questão importante, relacionada à articulação institucional e às políticas de apoio, que é o problema gerado pela dependência das empresas em relação às instituições. Devem-se gerar meios de capacitação para que tais empresas não necessitem dessas iniciativas por períodos indeterminados, ou seja, que consigam dar continuidade mesmo sem receberem apoio.

Para Matos *et al.* (2016), é muito difícil ter a exata noção da grandeza que essas políticas devem possuir, pois tais iniciativas possuem um período restrito e enfatizado em algumas empresas. Passando desse período, não ocasionaria grandes mudanças, e se forem efetuadas por um período constante, podem ocasionar uma dependência que não cessa nunca, gerando, em vez de crescimento, obstáculo ao arranjo.

Segundo Matos *et al.* (2016), existem APLs que precisam possuir mais conhecimentos e tecnologias mais complexas. Por esse motivo, há a necessidade da existência de instituições de ensino e pesquisa, para ajudarem a formar mão de obra qualificada para fazer parte dessas empresas. Junto às empresas locais, as instituições interagem contribuindo para o desenvolvimento de inovações, formando parceria nos métodos interativos de aprendizagem.

Foi apresentado pelos autores neste tópico, como Amaral Filho, Costas e Matos, que a evolução dos arranjos acontece através das interações institucionais, pois elas os orientam e os estimulam a resolverem problemas que os estão impedindo de crescerem, os quais são, muitas vezes, bem fáceis de solucionar. Assim, diversas finalidades são atingidas. Isso também ocasiona, nas empresas, as mais variadas formas de mudanças e transformações, internas e externas ao arranjo. Dessa forma, criam-se instituições com finalidades específicas para impulsionar os arranjos, que os analisa e estuda na precisão de solucionar essas deficiências, que muitas vezes não se resolvem pela falta de conhecimento ou de recursos de seus gestores.

Para Maciel e Albagli (2002), uma característica que se sobressai nos APLs se refere ao conhecimento coletivo e interativo, ou seja, isto ocorre a partir das ações simultâneas realizadas das interações, de várias maneiras, entre vários atores, no ambiente local. A produção, distribuição e uso do conhecimento e aprendizado são originados pela interdependência e relações no APL, que devem ser identificados e analisados sob uma ótica sistêmica. O dinamismo socioeconômico e a competitividade são impulsionados pelo conhecimento e o aprendizado interativo na era do conhecimento e são vistos como essenciais para encarar os novos obstáculos.

Para Barquero (2004, p. 218):

A integração econômica estimula a relação e interação entre as empresas e as organizações e incita à adaptação às condições de cada entorno. O aumento da competição nos mercados implica que a competitividade das empresas depende, cada vez mais, do funcionamento da rede de instituições que estruturam o entorno no qual as empresas estão radicadas. Por isso, terão mais capacidade para competir aqueles países, regiões e cidades que têm uns sistemas flexíveis de instituições, que lhes facilitam a produção de bens que incorporam inovações e conhecimento e que, além disso, estimulam a cooperação entre os atores.

Segundo Lastres e Cassiolato (2003), relacionado a essa mudança desse modelo de produção, criam-se novos modos e estratégias institucionais crescentemente intensivos em informação e conhecimento. Tudo isso leva a novas maneiras de conhecimento, competências, aparatos, tecnologias, inovações e organização de métodos produtivos e conseqüentemente novas abordagens, acompanhado de essenciais transformações nas organizações produtivas de bens e serviços e nos processos de ensino, pesquisa, política etc.

De acordo com Barquero (2004, p. 220 a 222):

A criação e difusão das inovações são um mecanismo determinante para o aumento da produtividade e da competitividade das empresas e territórios e estão condicionadas pelas características do sistema institucional, de tal forma que, quanto mais flexíveis e de qualidade sejam as redes entre os atores, mas potentes serão os mecanismos de inovação e estão determinadas pela disposição de um entorno socioinstitucional (apoiado nas regras e normas sociais, culturais e políticas) frente ao fenômeno da inovação, pelo funcionamento do sistema de organizações e instituições (como a universidade, centros de pesquisa, sindicatos, organizações empresariais ou as próprias administrações públicas).

Maciel e Albagli (2002) destacam que, através de estudos teóricos e empíricos, os APLs são formados por territórios que possuem ampla e proativa

aprendizagem coletiva. Da mesma forma, no centro dos métodos de interação, entre os atores que agem dentro do arranjo, há a formação e disseminação de conhecimentos e inovações. Para esses arranjos, faz-se necessário criar meios que examinem e analisem os benefícios do conhecimento tácito para a ação socioeconômica local, principalmente na criação de métodos estratégicos de atividade mais direcionada a cada território.

De acordo com Lastres e Cassiolato (2003), o aumento relacionado ao método de geração e codificação de conhecimento é, simultaneamente, a do valor da sua parcela tácita. Como o conhecimento tácito está relacionado ao método de aprendizagem, ou seja, interação, relações entre pessoas e instituições, fica muito difícil transformá-los em sinais ou códigos. Então o acesso à informação é diferente ao do conhecimento, implicando que, através da difusão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), são bem maiores os meios de codificação e transferência dos conhecimentos codificados, mas em nenhum momento se anula o valor do conhecimento tácito.

De acordo Maciel e Albagli (2002), a forma como o conhecimento é transmitido vai depender do seu tipo, se tácito ou codificado. A transmissão do conhecimento codificado é mais fácil de ocorrer e de se disseminar entre os lugares. Já o conhecimento tácito não é mensurável, ele emana do teste e da propagação de novos desempenhos pelo convívio local. Quem possui esse conhecimento não o expõe e tampouco consegue demonstrá-lo. Quanto mais conhecimento tácito, mais aumenta a dificuldade da sua reprodução. Torna-se, assim, mais difícil desenhar as estruturas de vínculos que o realizam.

Para Maciel e Albagli (2002, p. 7):

Da perspectiva econômica, o conhecimento constitui hoje um importante fator de competitividade, podendo ser avaliado tanto como um insumo (competência) como um produto (inovação) no processo produtivo; ou seja, reflete-se em competências necessárias para inovar e ser flexível a mudanças.

Quadro 5 ----- Revelação da inovação ao nível de empresa

Desenvolvimento e melhoria de produtos e processos, por meio de esforço intencional de criação de conhecimento: pesquisa e desenvolvimento (P&D) e <i>design</i> ou na experimentação e uso;
Mudanças na organização e na gestão de empresas;
Modificação dos canais de distribuição e <i>marketing</i> ;
Melhoria da gestão de qualidade;
Redução de problemas técnicos e organizacionais;
Comunicação interna e externa (treinamento e cooperação).

Fonte: Adaptação da autora, a partir de Maciel e Albagli (2002)

De acordo com este tópico vários autores, tal como Maciel e Albagli, afirmam que as diversas interações geram conhecimento, por isso o arranjo é tido como um grande estimulador de conhecimento interativo e coletivo. Devido a isso, o arranjo se torna mais competitivo e absorvedor de informação. Esse processo é o grande responsável pelas transformações dentro dele, e finalizará na inovação, seja na maneira de fabricar os seus produtos ou nos seus processos etc. O chamado conhecimento tácito é o tipo produzido no arranjo, que é o conhecimento adquirido através das interações. Conhecimento é essencial para aprimorar e melhorar as empresas, trazendo várias mudanças para elas. A inovação é, pois, o grande diferencial, resultado das constantes transformações que acontecem.

De acordo com Matos *et al.* (2016), os processos inovativos são um dos meios essenciais para aumento das capacitações dos agentes produtivos, eficácia e competitividade dos métodos produtivos e produtos disponibilizados.

Lastres e Cassiolato (2003) apontam que o papel da inovação, a sua capacidade de gerar e absorver, é visto como fator essencial para a competitividade dinâmica e sustentável e de sobrevivência das empresas. Nesse novo formato de produção, a inovação vem a ser mais importante ainda como meio de competitividade para empresas, instituições e indivíduos, para enfrentarem as mudanças, capacitarem-se e poderem inserir-se de forma mais coerente nesse novo ambiente que se instaurou. É preciso que, no aprendizado permanente, dê-se uma ênfase nesses novos conhecimentos dinâmicos e complexos. É necessário o acesso à capacidade de aprender, acumular e usar o conhecimento para incrementar o método de inovação.

De certo, como afirma Barquero (2004), a propagação das inovações e o conhecimento incentivam o crescimento da produtividade e estimulam as mudanças do sistema produtivo e, assim, o desenvolvimento econômico.

Lastres e Cassiolato (2003) informam que os formatos organizacionais que vêm se sobressaindo como os mais eficientes para promoverem das mais variadas formas conhecimentos e inovações são as redes, arranjos e sistemas produtivos inovativos, que atuam com interação e atuação conjunta dos vários atores envolvidos. Assim, associa-se a proliferação das variadas redes como a mais marcante inovação organizacional inserida nesse novo padrão.

4.3 Políticas públicas para os arranjos produtivos locais

Serão estudadas neste tópico as políticas públicas, essenciais para o sucesso do arranjo. Sem elas, fica muito difícil um arranjo se desenvolver, pois as políticas direcionadas a eles focam em seus problemas, trazendo soluções para que possam se sobressair aos obstáculos. As políticas públicas, associadas a outras estratégias, fazem do arranjo produtivo local um modo de produção eficiente e muito procurado.

Segundo Lastres, Arroio e Lemos (2003), nos anos de 1990, verificou-se uma preferência no apoio a pequenas empresas. Nota-se uma disposição clara para que as políticas participem do propósito das ações dos governos definitivamente, através da criação de órgãos específicos. Uma das propensões indispensáveis das novas políticas é o apoio a aglomerações de empresas.

De acordo com Amaral Filho *et al.* (2002), é certo admitir que pequenas e microempresas devam ser vistas como iniciativas empreendedoras, com políticas públicas direcionadas a elas, apoiando-as, guiando-as e estimulando-as. É, pois, importante analisar esses arranjos como projetos economicamente possíveis.

Segundo os autores citados neste tópico, tal como Lastres, os APLs são formas de aglomerações que geram desenvolvimento de longo prazo para o território em que se encontram, levando infraestrutura, emprego, uma melhor distribuição da renda e não apenas amortecedores momentâneos de crise. Eles vêm como uma grande oportunidade para o ambiente se desenvolver, trazendo-lhe

investimentos, além de treinamentos e capacitações para os trabalhadores das empresas.

De acordo com Matos *et al.* (2016), existe uma preocupação para que as políticas públicas de capacitação foquem nas competências de cada APL, para que o arranjo possa se desenvolver e sobressair futuramente. Isto pode estar ligado a vários eventos como: diferenciação de produto, eficácia do método produtivo, estratégia de *marketing*, colocação em novos mercados. Esses programas, tanto federais como estaduais ou locais, precisam estar mais direcionados aos arranjos, focados essencialmente nas suas potencialidades e objetivos comuns, determinados no APL.

De acordo com Matos *et al.* (2016), é preciso fortalecer o diálogo entre os membros dos arranjos e os elaboradores de políticas; para que essas iniciativas políticas sejam realmente eficientes, é preciso ter um conhecimento específico do que o local precisa e do meio em que estão localizadas as empresas. As ações de políticas que conseguem estimular as externalidades têm alcançado incentivos para o conjunto de organizações produtivas locais/regionais.

Para Lastres, Arroio e Lemos (2003), existem problemas para a implementação de políticas públicas exitosas, e o principal argumento é que essas políticas foram adaptadas e criadas para dar suporte a grandes empresas, tentando adaptar as pequenas empresas a um modelo que não as encaixa. Com a intenção de mudar o modelo de incentivo e financiamento para moldá-lo ao formato das micro e pequenas empresas, é preciso transformar a cultura do meio onde se elaboram as políticas. Isso possibilitaria identificar as falhas principais das novas políticas direcionadas às micro e pequenas empresas. Para o seu aprimoramento, isso é essencial. Dessa forma, não se discriminarão mais essas empresas por não se adequarem às políticas que não foram elaboradas para o seu perfil.

O reconhecimento por parte do governo das instituições públicas e privadas aos benefícios gerados pelos aglomerados de empresas leva a serem realizadas por eles ações que focam nas suas principais dificuldades, as quais contribuem para que os arranjos possam se fortalecer e desenvolver o ambiente onde se encontram, além de beneficiarem a população e o mercado, isso gera uma grande cadeia benéfica e obviamente estudando cada aglomerado especificamente,

pois cada um possui suas próprias características, já que se situam em territórios com diferentes culturas.

Neste tópico, diversos autores, assim como Lemos, apresentam que para um arranjo se desenvolver, as políticas direcionadas a eles têm que ser locais, ou seja, é preciso estimular os governos locais a estudarem novas formas de reestruturarem as ações referentes à estrutura produtiva local, pois têm que estar relacionadas ao ambiente em que estão inseridas, incluídas nas suas particularidades e ineficiências a serem elucidadas e que, estudadas individualmente, tornam-se muito mais fáceis de serem solucionadas, pois cada aglomerado tem suas estratégias, seus produtos, seu meio de produção, dentre vários outras argumentações. A importância das políticas pertinentes aos arranjos é indispensável, pois se forem aplicadas políticas relacionadas a outros tipos de meio de produção, haverá perda de tempo e de dinheiro.

Deste ponto em diante, mostram-se as ideias de alguns autores em relação à elaboração de algumas ações relacionadas ao arranjo. Lastres e Cassiolato (2003, p. 15), por exemplo, apresentam políticas baseadas na inovação e para interação entre os atores e empresas locais e regionais, agem bastante diferentes das anteriores à era da inovação. Funcionam da seguinte forma: “o processo inovativo como sendo realizado em estágios sequenciais, surgindo em instituições científicas, sendo progressivamente transferidas para o setor produtivo”.

Para Lastres e Cassiolato (2013, p. 15), as novas políticas de inovação agem da seguinte forma:

A partir de uma visão sistêmica, estimular as múltiplas fontes de conhecimento, assim como as interações entre os diferentes agentes, visando potencializar o aprendizado e a inovação; fomentar a difusão - entendida como parte do processo inovativo - do conhecimento codificado e tácito por toda a rede de agentes locais.

De acordo com Lastres, Arroio e Lemos (2003, p. 2 e 3), as quatro principais ações, sempre existentes nas políticas de estímulos das MPMEs, são:

- a) atribui-se à cultura empreendedora e ao empreendedorismo várias das ações empregadas que contêm vários programas, como o emprego de datas comemorativas, a promoção de feiras e torneios de empreendedorismo e infraestrutura, logísticas, serviços etc. acessíveis; tem se destacado a formação de incubadoras, empresas

- juniores e parques tecnológicos, assim como o incentivo a seu melhor método para dar apoio às dificuldades de empresas em ascensão;
- b) normalmente compreende programas de informação, capacitação e consultoria, que diz respeito a serviços de suporte a essas empresas; essas políticas procuram aperfeiçoar a capacidade das empresas de uma maneira eficiente com uma concepção de longo prazo;
 - c) compreende os meios de financiamentos para a criação e desenvolvimento das empresas; as políticas utilizadas têm buscado melhorar os instrumentos presentes e minimizar os habituais obstáculos combatidos quanto ao alcance de financiamentos;
 - d) buscando a criação de novas empresas, visam a diminuir a burocracia.

Lastres, Arroio e Lemos (2003) resumem, ainda, que são várias as ações das políticas que visam ao desenvolvimento no ângulo regional: visam a expandir economicamente as regiões menos desenvolvidas, fortalecem o capital social e humano, promovem o empreendedorismo e a inovação; favorecem a formação de novas empresas e de infraestrutura, promovem o aperfeiçoamento de capacitações, endógenos locais e a variação das atividades econômicas. Em vários países vem sendo realizado o estímulo a programas que buscam a restauração de áreas industriais em baixa.

De acordo com Costa (2010, p. 214, 218, 219 e 224), em relação às políticas públicas, dizem que:

- a) uma ação das políticas públicas para aumentar o desenvolvimento do capital social é estimular a cultura empreendedora no território, fazendo com que os agentes compreendam a importância do potencial dessa ação, de considerar e preservar as suas características histórico-culturais; vem do incentivo e compromisso dos agentes locais a parte essencial do processo, isto é, a intervenção pública sozinha não possui o choque de criar resultados sinérgicos no estabelecimento do arranjo produtivo;
- b) a questão ambiental e social é mais um meio eficaz para promover um diferencial nos produtos do aglomerado; o estado é instrumento

necessário para fazer com que as pessoas ajam conscientemente em relação ao equilíbrio com o seu ambiente, através do desenvolvimento de atividades de conservação e o valor do comprometimento social, para que tanto o setor público quanto o privado estabeleçam meios capazes de aprimorar a qualidade de vida dos membros da área de domínio do aglomerado;

- c) várias ações podem ser tomadas para o desenvolvimento do arranjo, mas que devem estar associadas com o aperfeiçoamento da infraestrutura social, econômica, urbana e regional, fatores essenciais para o desenvolvimento dos arranjos; a reformulação do espaço requer a formação de uma infraestrutura econômica necessária para as ações efetuadas;
- d) outro fator importante para o Estado é a criação de linhas características para a solução do problema relacionado ao crédito;
- e) programas coordenados por instituições públicas ou pelo grupo gestor para o desenvolvimento tecnológico dos produtos e/ou processos, que incentivem nas empresas e instituições ações inovativas e, para essa finalidade, gerar e admitir mão de obra qualificada.

Segundo Amaral Filho *et al.* (2002), por meio de políticas e intervenções públicas, os arranjos produtivos podem progredir para sistema produtivo. As ações dos governos estadual e municipal tanto podem ser responsáveis por essa evolução no aglomerado como pela mudança na situação de queda de algum arranjo. As ações do governo devem direcionar-se ao progresso dos arranjos que já existem.

Segundo Amaral *et al.* (2002, p. 19), alguns exemplos abaixo de intervenções ou políticas públicas:

- a) reconhecer ambientes que já apresentem algum indício de arranjo produtivo e analisá-los;
- b) incentivar o aumento do capital social no arranjo;
- c) buscar a formação de programas direcionados para associações, consórcios, cooperativas;
- d) direcionar os gastos públicos para o coletivo, como por exemplo: infraestrutura, assistência técnica etc.;

- e) incentivar os vínculos com outras instituições e associações;
- f) levar em direção as necessidades dos arranjos os centros tecnológicos que existem;
- g) estimular a familiaridade entre os arranjos e às ações pertinentes “para a frente” e “para trás” da cadeia produtiva;
- h) influenciar o convívio dos produtores locais com as universidades;
- i) incentivar a presença dos produtores do arranjo em feiras, locais e regionais do setor.

Neste tópico foram apresentadas diversas ações de políticas públicas, na visão de autores como Lastres, Arroio, Lemos, Costa e Amaral Filho, desde as direcionadas ao conhecimento e aprendizado, estimulando a interação entre os atores, na busca de mais e mais aprendizado, até as relacionadas à infraestrutura, científicas, dentre outras. Destaca-se a interação entre os atores como fator essencial que gera e difunde conhecimento. Nos locais onde há maior coesão, os benefícios são mais bem aproveitados; a cooperação entre seus atores é melhor, pois conseguem estabelecer relações com faculdades, treinamentos, consultorias etc., na busca de aperfeiçoar produtos, diminuir custos, melhorar a forma de produção, deixar o processo mais eficiente, entre outros importantes aspectos, pois este é o meio primordial para a competitividade e desenvolvimento. Nesse novo ambiente, conhecimento, inovação e cooperação têm papel decisivo no desenvolvimento do arranjo, e tudo isso acontece na era digital, o que faz toda a diferença.

Observa-se, então, que todas as ações aqui relatadas, são decisivas para a sobrevivência e destaque das empresas, visto que elas vêm para estimulá-las e ajudá-las a criarem hábitos, mantê-los e melhorá-los. Contudo, muitas delas possuem um período estipulado para o desenvolvimento do arranjo, tempo esse que, se muito ultrapassado, pode se tornar prejudicial. Assim, essas políticas devem ser muito bem acompanhadas e aplicadas de modo a obter-se a maior eficácia possível.

Lastres, Arroio e Lemos (2003, p. 10 e 11) afirmam que, dentre as possibilidades para a realização de políticas de estímulo de APLs, evidenciam-se as que procuram novas oportunidades para o desenvolvimento. Dessa forma, mostra-

se a importância de direcionar a reestruturação da estrutura produtiva em novas bases, intensificando:

- a) a motivação dos atores produtivos e outros parceiros por ações associadas;
- b) a reestruturação dos meios de resistência, inovação e competição das MPEs;
- c) formas de propagação de novas tecnologias, equipamentos e sistemas, logísticas e formas organizacionais e a utilização delas;
- d) o potencial e as sinergias locais e nacionais serão utilizadas e disseminadas - colaborando também para redução das desigualdades sociais e regionais;
- e) resolução de obstáculos como: introdução de segmentos sociais excluídos, instabilidade da balança de pagamento etc.

Lastres, Arroio e Lemos (2003, p. 9) destacam alguns desafios para o desenvolvimento e as políticas direcionadas a essas empresas:

- a) “o problema de as MPEs serem numerosas, heterogêneas, dispersas e pequenas demais”;
- b) “a falta de conceitos e indicadores que captem a realidade destas empresas, assim como de instrumentos realmente adequados à promoção de seu desenvolvimento”;
- c) “as inadequações, superposição e descoordenação de ações, as quais não têm continuidade”;
- d) “a ausência de enfoque de MPE como empreendimento economicamente viável, o que compromete a identificação e aproveitamento de oportunidade que levam a uma atuação sustentável”.

Mostra-se que há desafios a serem enfrentados. Contudo, em comparação com os grandes benefícios proporcionados pelos arranjos, é muito mais gratificante focar nas aglomerações de micro e pequenas empresas. Um dos principais problemas que se encontram nesses aglomerados de empresas é a falta de foco na continuidade de algumas ações de políticas públicas – que, com o passar do tempo, era para ser responsabilidade dos gestores do arranjo – e a procura de

conhecer muito bem o arranjo, ou seja, um estudo aprofundado dele para se criar as políticas adequadas.

4.4 Conclusão

O desenvolvimento deste quarto capítulo apresentou que a interação entre os atores, o conhecimento e a inovação são fatores que determinam a competitividade e mostram os benefícios proporcionados pelas políticas públicas direcionadas aos arranjos especificamente.

No geral, este capítulo demonstrou, que as políticas públicas precisam ser aplicadas no arranjo, pois é um fator indispensável, para que ele possa crescer e sobreviver frente à grande concorrência, sem essas ações, pequenas empresas tendem a não conseguir superar seus obstáculos. Pontua-se a importância de que essas políticas sejam voltadas a cada arranjo individualmente, para desenvolvê-los e solucionar os problemas que os estão impedindo de progredir. Mostraram-se, no decorrer do capítulo, vários exemplos dessas políticas.

É indispensável o estímulo e a concretização das políticas públicas, que visam ao fortalecimento e à continuidade do aglomerado, no sentido de desencadear o crescimento do arranjo, do ambiente e das pessoas nele inseridas, ao ponto de proporcionar benefícios a todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou do tema do arranjo produtivo local, uma nova forma de organização de produção. Mostrou-se desde as origens, como esse assunto surgiu, até a grande necessidade de aprofundá-lo, apresentando suas características principais. Destacou-se a importância do empreendedorismo coletivo e das políticas públicas para o seu desenvolvimento.

A presente pesquisa busca possibilitar uma reflexão acerca da importância do desenvolvimento do arranjo produtivo local para as regiões e para as pessoas nelas inseridas, ou seja, voltar a atenção relacionada a esse tipo de produção que proporciona emprego, renda, infraestrutura e vários outros benefícios aos empreendedores, ambiente, empregados e a população em geral.

No Brasil, conforme aqui exposto, essas aglomerações produtivas de micro e pequenas empresas foram denominadas de arranjo produtivo local. As análises mostradas levaram à compreensão de que tais empresas, se isoladas, não sobreviveriam frente à concorrência; que em forma de arranjo contribuem para as chamadas vantagens competitivas, proporcionando competitividade; e que as práticas do empreendedorismo coletivo e as ações das políticas públicas levam-nas ao desenvolvimento local.

Alguns APLs estão em processo de evolução, passando a interagir e a cooperar. E quanto mais se pratica essa interdependência de empresas e quanto mais os atores locais acarretam maiores níveis de aprendizagem, mais é favorecida a inovação de produtos ou processos, o que leva a melhores níveis de competitividade.

Mostrou-se que as ações do empreendedorismo coletivo levam a uma maior cooperação e a maiores níveis de capital social; que gestores com esse tipo de pensamento estão mais propícios a entenderem e a interagirem com outros gestores, gerando benefícios ao arranjo e tornando mais fácil transformar as empresas em aglomerações que buscam empreender, crescer, inovar e mudar.

Foram apresentados modelos de políticas públicas baseadas em vários autores, as quais foram apontadas como fundamentais e essenciais para o desenvolvimento do arranjo. As políticas direcionadas especificamente ao arranjo

são cruciais para a sua alavancagem, pois só elas são capazes de reerguerem um arranjo, ou de desenvolverem outro que esteja estagnado ou mesmo desenvolvê-lo desde a sua criação.

De modo geral, o governo, as instituições, os empreendedores demonstraram interesse por esse tipo de aglomerações de empresas e buscam meios e ações de desenvolvê-las e estimulá-las, apesar de se encontrarem alguns obstáculos, como conciliar vários pensamentos diferentes em benefícios de todos. Ainda assim, para os pesquisadores e suas análises, a união das empresas proporciona muitas vantagens, as quais não podem ser ignoradas.

A contribuição para a sociedade está em mostrar-se claramente como as ações do empreendedorismo coletivo e do governo proporcionam desenvolvimento ao território e ao arranjo de modo eficiente, pois refletem nas empresas, no ambiente e nas pessoas, tornando o local economicamente mais desenvolvido e, dessa forma, estimulando o incentivo a essas ações em vários lugares subdesenvolvidos e à espera de algum progresso, servindo também como meio de incentivo para os empreendedores cooperarem e interagirem uns com os outros, na busca de melhor competirem. Espera-se, com esse trabalho de pesquisa, proporcionar a estudantes acadêmicos uma proposta de pesquisa a ser aprofundada.

O tema pesquisado é de interesse de vários atores e do governo, na busca de estimular os arranjos por meio de várias ações criadas através de políticas e atividades empreendedoras, por exemplo. Espera-se ter deixado claro, diante das observações feitas pelos especialistas, que o objetivo deste trabalho – que é o de apresentar a importância do empreendedorismo coletivo e das políticas públicas no desenvolvimento do arranjo produtivo local – foi alcançado.

A hipótese levantada pelo trabalho – de que o empreendedorismo coletivo junto com as políticas públicas, podem realmente colaborar e desenvolver o arranjo e o ambiente em que se encontra – foi também provada.

Ao fazer um levantamento bibliográfico de vários autores especializados no assunto, verificou-se que o estímulo ao empreendedorismo coletivo no APL traz benefícios significativos que, se aplicados, tornam o arranjo bem mais competitivo, mas inovador e eficiente, diminuindo bastante os obstáculos que os impediam de

alavancarem. Também foi demonstrada a eficácia e a importância das políticas públicas, que se provou serem essenciais para o desenvolvimento do arranjo.

Dada a importância do tema, torna-se necessário mostrar os grandes benefícios desse novo modo de produção, no intuito de estimular a formação de novos arranjos e recuperar aqueles que estiverem em declínio ou obsoletos, e incitar o empreendedor a se unir a outros na busca de uma maior competitividade, inovação e sobrevivência, além de intensificar outras pesquisas mais aprofundadas para alcançar mais inovações diante desse processo.

Nesse sentido, a efetivação do empreendedorismo coletivo e das políticas públicas no APL, permitiu que as empresas superassem muitos obstáculos, como uma maior competitividade, através da aprendizagem e interação, que colaboram para a inovação, e a diminuição de vários custos relacionados à produção, o que, acompanhado de políticas criadas no seu ambiente local, proporciona a abertura de instituições que focam nas suas principais deficiências.

Com base na realização da pesquisa e guiado no aporte literário deste texto monográfico, apontando que o empreendedorismo coletivo e as políticas públicas, quando aplicados simultaneamente no arranjo, trazem mudanças significativas. Recomendam-se a trabalhos futuros, estudos de arranjos, apontando as suas dificuldades e mostrando como as ações empreendedoras e de políticas, possam juntas vencer esses obstáculos, claro que essas ações são específicas a cada aglomerado, pois sabemos que eles possuem suas próprias características, logo essas ações também serão diferentes. Então, poderá se fazer vários trabalhos, pois existem diversos arranjos, em diferentes estágios, na intenção, de ajudar principalmente aqueles que estiverem estagnados ou em declínio, a saírem dessa fase, rumo ao desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Capacitação, sensibilidade e Informação em Arranjos e Sistemas de MPME. In: LASTRES, Helena M. M. et al.(coords). **Interagir para Competir: Promoção de Arranjos Produtivos e Inovativos no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2002. p.63-87.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. **Capital Social e Empreendedorismo Local**. In. PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PARA PROMOÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. UFRJ/IE – RedeSist – FINEP – SEBRAE: Rio de Janeiro. 2002.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. **Conhecimento e Aprendizado por Interação: Notas Metodológicas para Estudos Empíricos em APLs**. In. REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS. UFRJ/IE – RedeSist : Rio de Janeiro. 2002.
- AMARAL FILHO, Jair do et. al. **Núcleos e Arranjos Produtivos Locais: Casos do Ceará**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DE MPME.,2002, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro:UFRJ/IE – RedeSist – FINEP – SEBRAE, 2002. P. 1-21.
- AMARAL FILHO, Jair do. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local**. Planejamento e Políticas Públicas ppp. Brasília, DF: IPEA, n.23, p.261-286, 2001.
- AMARAL FILHO, Jair do. É Negócio ser Pequeno, mas em Grupo. In: CASTRO. Ana Celia (org.). **Desenvolvimento em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. 3v. p.85-118.
- AMARAL FILHO, Jair do. Transformações Estruturais, Sistemas Produtivos e Desenvolvimento Local e Regional. In: BREITBACH, Aurea Corrêa de Miranda (Org.). **Os Desafios do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: FEE, 2012. P.44-68.
- AMARAL FILHO. Jair do. **Micro e pequenas empresas (MPEs) e Construção Social do Mercado**. Brasília: Cepal. Ipea. 2011.
- AMORIM, Monica Alves. **Clusters como Estratégia de Desenvolvimento Industrial do Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- ARAÚJO, M. R. **Soluções de Desenvolvimento Regional: Clusters, Distrito Industrial e Milieu Innovateur**. Monografia. Universidade Federal do Ceará-UFC.Fortaleza, 1999.
- BARQUEIRO, Antonio Vázquez. Desenvolvimento Endógeno: Interação das Forças que Governam os Processos de Crescimento Econômico. In: VERGARA, Patricio (Org.). **Desenvolvimento Endógeno: Um Novo Paradigma Para a Gestão Local e Regional**. Fortaleza: IADH, 2004. p.207-234.

BRAGA, T. M. **Desenvolvimento Local Endógeno e suas Aplicações em Formulação de Políticas Municipais: Descentralização/ Participação ou Fragmentação/ Estratégias de Legitimação?**. Anais do Encontro Nacional do ANPUR, v.8- Porto Alegre, 1999.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lucia Nogueira; RODRIGUES, Edna Rabêlo Quirino. **Cultura da Cooperação**. Brasília: Sebrae, 2014.

COSTA, Achyles Barcelos. O Papel dos Arranjos Produtivos Locais, das Grandes Empresas e das Cadeias Produtivas no Desenvolvimento Econômico. In: BREITBACH, Aurea Corrêa de Miranda (Org.). **Os Desafios do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: FEE, 2012. P.8-25.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Mais gráfica editora, 2010.

DAMÁZIO, Andrea Mageste; CASTRO, Luiz Humberto de. **Referências de Cooperação do Sebrae**. Brasília: Sebrae, 2012.

DIAS, Cleidson Nogueira. Arranjos Produtivos locais (APLs) como Estratégia de Desenvolvimento. **Desenvolvimento em Questão**, v.9, n.17, p.93-122, 2011.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios**. 5 ed. Rio de Janeiro:empreende/LTC, 2014.

GALVÃO, Jose Olímpio Arroxelas. **“Clusters” e Distritos Industriais: Estudos de Casos em Países Selecionados e Implicações de Políticas**. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília, DF: Ipea, n.21.2000.

KELLER, Paulo Fernandes. **Clusters, Distritos Industriais e Cooperação Interfirmas: uma Revisão da Literatura**. *Revista Econômica & Gestão*, v.8, n.16, p.30-47, 2008.

LASTRES, Helena M. M ; CASSIOLATO, José Eduardo. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: Redesist, 2003.

LASTRES, Helena M. M. et. al. **Interagir para Competir: Promoção de Arranjos Produtivos e Inovativos no Brasil**. Brasília. SEBRAE/FINEP/CNPq, 2002.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. **Novas Políticas na Era do Conhecimento:o Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas**. Ensaio: revistas parcerias estratégias, Rio de Janeiro: Relume Dumará, n.17, p.5-29. 2003.

LASTRES, Helena. M. M.; ARROIO, Ana; LEMOS, Cristina. **Políticas de Apoio a Pequenas Empresas: do Leito de Procusto à Promoção de Sistemas Produtivos Locais**. In: Lastres, Helena M. M.; Cassiolato, José Eduardo; Maciel, Maria Lucia. (Orgs). *Pequena empresa, cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, P. 529-543, 2003.

MATOS, Marcelo G. Pessoa de et al. **Brasil: Uma Década de Políticas para Arranjos Produtivos Locais e sua Evolução**. Ensaio: Pymes, Innovación y Desarrollo, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.11-36, 2016.

PEDRO, Joice Silva; RIBEIRO, Aleimar Chagas; COLARES, Renata Barreto. **Investigação do Comportamento Empreendedor Coletivo em APLs: Um Modelo para Mensuração**. In: XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2010, São Paulo. Anais... São Paulo, 2010. p.1-14, 12-15 out. 2010.

ROSSI, Flaviane et al. **Empreendedorismo Coletivo: a Experiência da Região Oeste do Paraná no Contexto do Turismo Sustentável**. In: VIII ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 8., 2014, Goiânia. Anais... Goiânia, 2014. p.1-15, 24-26 març. 2014.

SOUSA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

SZAFIR-GOLDSTEIN, Cláudia; TOLEDO, Geraldo Luciano. **Vantagens competitivas em clusters industriais**. III SEMEAD. [S.L.: s.n.], 2004.

VERGARA, Patrício; BAER, Heinrich Von. O Esquivo Desenvolvimento em um Entorno Globalizado e Complexo. In: VERGARA, Patricio (Org.). **Desenvolvimento Endógeno: Um Novo Paradigma Para a Gestão Local e Regional**. Fortaleza: IADH, 2004. p.125-158.